



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senhores espectadores da *TV Senado*, da *Rádio Senado*; senhores convidados, declaro aberto o VI Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, em cumprimento ao requerimento da Senadora Ana Amélia, esta que lhes fala, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional da Agricultura Familiar e o Endividamento dos Produtores, no âmbito do Pronaf, com a presença dos seguintes convidados: Dr. João Luiz Guadagnin, diretor do Departamento de Financiamento e Produção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA; Dr. Álvaro Tosetto, que é o gerente-executivo da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil; Ailton José Hochscheid, assessor de política agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, Fetag, também representando a Contag; Frei Sérgio Görgen, representando aqui o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores de Santa Catarina e do Brasil também, Rio Grande do Sul, Paraná e todo o Brasil. Estamos aguardando Marcos Rochinski, que é coordenador da secretaria geral da Federação Nacional de Trabalhadores na Agricultura Familiar, a Fetraf.

Eu queria agradecer muito ao Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no sentido de promover este ciclo de debates, abordando aqui um temário que vai desde os problemas da produção às cadeias produtivas, ao financiamento, envolvendo aí todo o setor da agropecuária brasileira.

Por conta de um encontro em que estive em Porto Alegre, na sede da Fetag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, foi apresentado aos Parlamentares do meu Estado um documento preocupante, relacionado ao endividamento do setor dos pequenos agricultores familiares, uma dívida estimada, no Brasil inteiro, em torno de R\$30 bilhões; entre vencidas e vincendas, para um curto prazo, em torno de R\$8 bilhões. Foi a união, pela primeira vez, e por isso histórica, de entidades como a Fetag, a Via Campesina e a Fetraf, para um objetivo comum de discutir alternativas e propostas para resolver esse problema que preocupa muito a agricultura familiar, responsável que é pela produção de alimentos e da riqueza e dos empregos em nosso País.

Então eu queria dizer que, como das outras sessões deste ciclo, nós estamos com a transmissão ao vivo pela *TV Senado*, à qual nós agradecemos, e também pela *Rádio Senado*. E dizer que essa transmissão é interativa. Todos os pequenos agricultores, todos os interessados nessa matéria podem enviar mensagens com perguntas aos expositores, através dos seguintes endereços: pela Internet – www.senado.gov.br/alosenado; ou pelo Twitter – @alosenado; ou por telefone, uma ligação gratuita, pode ser por telefone fixo, celular ou telefone público, com o telefone – 0800612211. Esse é o telefone então para contatos diretos. Nós temos uma assessoria encarregada de receber as perguntas e teremos imenso prazer de repassá-las aos nossos expositores.



Cada um dos nossos convidados terá vinte minutos para a exposição do seu tema.

Eu convido, então, para fazer uso da palavra o Diretor do Departamento de Financiamento e Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dr. João Luiz Guadagnin.

A palavra à sua disposição.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Boa-tarde, Senadora Ana Amélia, boa-tarde, Senadores, e presentes nesta sessão e todos os que nos estão assistindo ou ouvindo.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a Secretaria de Agricultura Familiar esses movimentos são muito importantes e marcantes. Nós temos consciência de que as políticas públicas só avançam, só evoluem, só se aperfeiçoam com a crítica, o debate, as sugestões que todos fazem. Todos os que participam desse processo são importantes.

É preciso registrar que antes do Pronaf, entrando exatamente no tema, um pouco do histórico do Pronaf, o Programa Nacional de Agricultura Familiar supriu uma lacuna quando da sua criação, em 1996, supriu uma lacuna importante nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural e especialmente à agricultura familiar. Não existia uma política de crédito diferenciada, adequada à realidade da agricultura familiar até então.

A quantidade de agricultores familiares que acessaram o crédito pela primeira vez depois do Pronaf chega a cerca de 60% do universo dos agricultores familiares que hoje têm crédito. Quer dizer, o programa viabilizou o acesso a crédito.

A outra importância do programa: a partir do surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar a sociedade, a classe política, todos os que decidem passaram a entender melhor e respeitar e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar. De lá para cá, uma série de debates surgiram, políticas foram implementadas – e vou falar de algumas delas. Enfim, a agricultura familiar passou a ocupar o espaço que sempre teve na sociedade brasileira, como importante fornecedora de alimentos, como geradora de ocupações produtivas e empregos no campo. Hoje nós temos mais de 14 milhões ocupações produtivas na atividade da agricultura familiar. Seguramente nós somos o conjunto, a agricultura familiar é o conjunto de pessoas que têm o maior número de pessoas ocupadas em todo o País. E uma série de outras políticas resultou a partir disso.

Registro também, inicialmente, que o Pronaf surgiu a partir de uma demanda antiga, a partir dos movimentos sociais do campo. No início, capitaneados ou liderados esses movimentos pela Contag, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que teve um papel superimportante no processo de construção, de fixação da política. Não fossem esses movimentos, essa



participação intensiva dos agricultores familiares sindicalizados, talvez não tivéssemos hoje a política da forma como ela existe.

É lógico que todos os demais movimentos e o próprio surgimento de alguns deles se deu depois do Pronaf, a participação do movimento dos pequenos agricultores, da Via Campesina, do MST, a participação da Fetraf, que também é um movimento posterior ao Pronaf, foram e continuam sendo decisivos para que essa política apresente resultados e apóie o desenvolvimento rural com justiça social.

A outra consideração é de que política pública só acerta quando tem diálogo, quando as pessoas que decidem dialogam com os interessados no programa ou na política. E o Pronaf, desde o início da sua construção, que não foi neste Governo, diga-se de passagem, sempre foi um espaço, um local para diálogo. Os movimentos sociais sempre estiverem representados em todos os fóruns. Os espaços para críticas e sugestões são permanentes. É uma atividade que eu faço lá. Eu sou diretor de financiamento e proteção da produção. Então mexo mais com o crédito, com o Pronaf, o seguro, o programa Garantia Safra e é frequente a nossa presença, por exemplo, com demandas ao Conselho Monetário Nacional, que são demandas que vêm dos movimentos sociais. Quer dizer, o Ministério sempre está aberto a mudanças, ao aperfeiçoamento das políticas que são demandadas por aqueles que em tese se beneficiam delas ou em alguns casos, até eventualmente podem sofrer as consequências se elas não forem bem ajustadas.

Então uma das questões importantes é que o Pronaf permanentemente vem sendo aperfeiçoado. Aí tem outro registro, o registro de que os agentes públicos, o Ministério do Planejamento, especialmente, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, que têm as funções mais da área econômica, desde o surgimento do Pronaf, passaram a entender melhor e apoiar melhor o que é o desenvolvimento rural. Existia uma lacuna nas políticas públicas e essas instituições públicas começaram a entender melhor também qual é a realidade do meio rural e da agricultura família a partir do Pronaf.

Outra mudança importante: os agentes financeiros, e nós estamos aqui com o nosso principal agente financeiro do Pronaf, que é o Banco do Brasil, que faz hoje cerca de 75% dos financiamentos do Pronaf. Nós temos hoje em contratos ativos mais três milhões e trezentos mil contratos do Pronaf. É claro que há alguma repetição, alguns agricultores têm mais de um financiamento. Mas temos três milhões e duzentos mil contratos, e o Banco do Brasil detém 75% desses contratos no programa. Há que se registrar que o Banco do Brasil foi o primeiro agente financeiro a aderir ao programa, a participar intensivamente do programa.

Então os bancos, todos eles, e hoje nós temos treze agentes financeiros que atuam com o Pronaf, incluindo aí as cooperativas de crédito da agricultura familiar, que desempenham um papel superimportante também.



Todos esses agentes financeiros entendem e apóiam, têm setor específico, pessoal técnico preparado que dialogam diariamente, quotidianamente, com os agricultores familiares.

Sobre as evoluções do Pronaf, as políticas complementares que foram implementadas, fruto dessa organização social importante que tem no Brasil e que os agricultores familiares constituíram.

Depois do Pronaf, surgiu um programa de seguro, depois da linha de crédito, que foi o início do programa, nós temos hoje um seguro da agricultura familiar, também conhecido como Proagro Mais, para quem leu o Manual de Crédito Rural, que cobre 100% do valor financiado até 65% da receita líquida dos agricultores. Este é um programa de seguro dos mais avantajados já existentes no mundo – poucos seguros têm essa configuração, seguros agrícolas, seguros contra fatores climáticos no mundo – e com uma alíquota muito baixa. O custo para o agricultor é 2%. De novo aí, o diálogo e o interesse do movimento social que levou a essa política.

A alíquota é 2% por que há uma mutualidade. Todos os agricultores familiares, que financiam atividades agrícolas, culturas dentro do Pronaf, aderem obrigatoriamente. É um seguro compulsório, todos os agricultores fazem essa adesão. Isso permite a formação de uma espécie de mútuo que cobre os eventuais prejuízos.

A seguir, depois do seguro da agricultura familiar, se constituiu, dentro do programa, um programa de garantia de renda para a eventualidade dos preços de mercado se situarem abaixo do custo de produção. É um Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, o PGPAF.

Toda vez que o preço de mercado ficar mensalmente, um levantamento mensal, se situar abaixo do custo de produção, que também é definido pela Conab, há uma bonificação ao agricultor no momento dele pagar o financiamento. O valor do financiamento é deduzido na mesma proporção em que o preço de mercado fica abaixo do custo de produção.

Afora essas políticas que estão desenhadas por dentro do Pronaf, está constituído um programa de garantia de safra para a Região Nordeste, que é um seguro contra fatores climáticos, basicamente excesso de chuvas ou secas, que foi constituído em 2002, que complementa, então, as atividades para o programa de crédito para agricultores com e sem crédito.

Então, para a situação de agricultores familiares de até um salário mínimo e meio por mês da região semi-árida do Nordeste, da região da Sudene, nós temos um seguro que cobre as eventuais despesas dos agricultores toda vez que a perda se efetuar acima de 50%.

Além disso, o programa permitiu o surgimento de um programa de alimentação, hoje fruto inclusive dos trabalhos desta Casa. Estabelece que pelo menos 30% do gasto com a aquisição da merenda escolar venham da agricultura familiar.



Além disso, nós temos um programa de aquisição de alimentos, que garante para muitos agricultores um valor interessante de recursos, para que os alimentos que eles produzem sejam comercializados para mercados institucionais ou para a formação de estoque do Governo.

O que seguramente ainda falta? O que, talvez, não andou na velocidade e no tamanho que nós gostaríamos? Os movimentos sociais que estão aqui sabem bastante que nós temos lutado para a ampliação do apoio à assistência técnica e extensão rural. E grande parcela de agricultores familiares brasileiros ainda tem assistência técnica insuficiente, em termos de quantidade e qualidade.

As políticas públicas na área do crédito, da comercialização, da garantia de preços, da formação de mercados evoluíram muito mais do que evoluiu e ainda evolui o serviço de apoio, informação e capacitação aos agricultores.

Outra consideração importante é que, embora nós tenhamos avançado muito e os agricultores familiares sejam, em sua grande maioria, defensores e preservadores do meio ambiente, nós não temos um mecanismo de remuneração por serviços ambientais. Se exige muito dos agricultores familiares e dos agricultores em geral em termos de adequação ambiental de suas propriedades, mas ainda faltam os mecanismos de apoio a todos aqueles que, de fato, fazem a preservação ambiental.

Então, instituir mecanismos em que os poluidores pagam para aqueles que preservam continuar preservando, parece-me que é mecanismo que nós temos todos que nos debruçar. E, seguramente, esta Casa tem trabalhado nisso e as organizações dos agricultores familiares, agora mesmo, estão debatendo isso na Câmara, em função do Código Florestal.

Mas não tem dúvida de que criar mecanismo para aqueles que poluem... E aí hoje todos nós usamos, por exemplo, pasta de dente. Todo mundo escovou dente, seguramente provocamos poluição. Toda vez que nós utilizarmos, por exemplo, o dentífrício, seguramente nós teríamos que pagar algo por isso, porque alguém depois vai ter que fazer a limpeza da água que foi utilizada.

Enfim, esse recurso tem que ser canalizado para quem preserva. Então, a ideia do poluidor pagador vai contribuir muito para o desenvolvimento da agricultura familiar, que, em sua grande maioria, é preservadora do meio ambiente, produz serviços ambientais para a sociedade como um todo. Afora, produzir alimentos saudáveis e com pequena contaminação de agrotóxicos.

Há ainda outro aspecto, que nós precisamos nos referir. Os programas todos que nós desenvolvemos têm informações insuficientes. Nós precisamos de mecanismos que permitam o conhecimento da área real dos agricultores, em tempo real. O uso hoje dos sistemas de informação geográfica permitem isso. Precisamos aperfeiçoar os mecanismos e acompanhamento



de apoio, de avaliação das políticas no local, com apoio das ferramentas mais modernas, tanto da informática quanto dos sistemas de georreferenciamento.

Isso servirá tanto para o acompanhamento da safra, das áreas plantadas, da situação do uso do solo, do uso da água, como também para a indenização dos benefícios que os agricultores produzem em termos de serviços ambientais.

Essa é uma mecânica que o ministério tem trabalhado bastante. Temos condições de implementar isso em todo o País, mas o que nos falta é o principal, é o assistente técnico.

O registro também de que a inadimplência no Pronaf – a Senadora há pouco se referiu a isso – é das menores de todo o sistema de crédito nacional. Nós temos hoje, no Pronaf, cerca de 4% de inadimplentes num histórico de todo o programa. O Pronaf já realizou desde o início do programa, em 1996, até hoje mais de 17 milhões de contratos.

Sobre esse universo de 17 milhões de contratos, a nossa inadimplência histórica, considerando todo o histórico, é menor que 4%. Ela é concentrada especialmente nos agricultores de menor renda, o que nós chamamos microcrédito produtivo rural, o Grupo B do Pronaf. Por várias razões, esses agricultores têm acesso a pouca informação, têm pouca tecnologia para produção. E, em consequência, em algumas situações o crédito é dado não na condição ideal, o que redundava em inadimplemento.

O outro setor em que temos uma inadimplência importante, que é estrutural, que precisa ser debatidas as causas e se verificar. São razões que antecedem, o que leva à inadimplência, é o Programa Nacional de Crédito Fundiário, em alguns casos o Programa Nacional de Reforma Agrária e de Crédito Fundiário também. Esses dois programas, pelo seu desenho, pela forma como são implementados, apresentam um grupo importante de agricultores inadimplentes.

Na agricultura familiar consolidada, aquela em que o agricultor é proprietário ou arrendatário da área, do solo, enfim, é um consumidor mais consolidado, a nossa inadimplência é muito baixa. Nós temos hoje um universo muito pequeno, cerca de 100 mil agricultores, dos quais, esses agricultores familiares, estão inadimplentes. Num universo de 3,2 milhões contratos é um percentual muito baixo, muito pequeno, embora localmente isso seja importante. Há áreas bem definidas de alguns Estados brasileiros, em que a presença desses inadimplentes é importante. Fruto de várias ações que se desenvolveram ao longo da história, inclusive em alguns momentos pela aceleração que se deu ao programa, na tentativa de incluirmos mais agricultores e, em alguns casos, algumas cautelas que os agentes financeiros normalmente adotam, não foram adotadas e isso, em parte, redundou em inadimplência. O que importa é que a agricultura familiar sabe aplicar o recurso, aplica corretamente e tudo que recebe devolve, ou quase tudo, quer dizer, o índice de inadimplência brasileiro, por



exemplo, em todo o sistema de crédito no Brasil agora, neste momento, tem uma inadimplência média de 5,7%. No crédito rural do Pronaf nós estamos próximos de 4%, quer dizer, a condição da agricultura familiar é melhor do que a média de todos os brasileiros que tomam crédito de alguma forma.

Também um importante registro aos avanços que a pesquisa agrícola tem contribuído para o desenvolvimento. A Embrapa e os órgãos estaduais de pesquisa agrícola – e são vários deles – têm contribuído muito para que a produtividade, a melhoria dos processos produtivos, a redução de custos, aconteça também entre os agricultores familiares. Isso não acontece mais porque a quantidade de agentes de informação, de capacitação, os extensionistas rurais são em número ainda insuficiente e já me referi a isso antes.

Por último, registrar que para nós do Ministério do Desenvolvimento Agrário esse momento é superimportante – e, neste instante, o nosso Secretário Laudemir Müller, o nosso Ministro Afonso Florence, junto com um grupo importante de representantes da agricultura familiar brasileira, de todos os Estados brasileiros estão reunidos desde hoje de manhã finalizando os acordos, as pautas, informando os representantes da Contag sobre o que teremos para o próximo Plano Safra. São informações preliminares, porque boa parte das decisões ainda está sendo, uma vez que foram apresentadas recentemente pelos movimentos sociais, todos os movimentos e temos seis pautas este ano e todos os pontos estão sendo analisados, e várias dessas mudanças estão em construção, especialmente junto aos ministérios da área econômica e ao Banco Central.

É possível que até a metade do mês de junho nós tenhamos essa consolidação das mudanças do crédito rural, do seguro, do programa de garantia de preço, provavelmente um programa que garanta o acesso à política de garantia de preços mínimos aos agricultores familiares, isso tudo muito provavelmente deverá estar pronto em meados de junho. Independente deste momento, que é importante, porque é o começo do ano safra, e a todo o momento nós permanecemos dialogando e procurando o aperfeiçoamento.

Registro, também, o esforço que faz pelo menos dois grandes entes do Governo, neste instante, que é o Ministério da Fazenda, com o qual dialogamos permanentemente, a sensibilidade que o Ministro Mantega e sua equipe têm para a agricultura familiar é muito grande e com o Ministério do Planejamento. Temos nesses dois Ministérios, da Ministra Miriam Belchior e do Ministro Mantega, apoiadores importantes do desenvolvimento rural de forma sustentado.

A todos o meu muito obrigado.

Fico à disposição dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a exposição do Diretor Guadagnin. Até seria muito bom se pudéssemos



antecipar esse plano. Fiquei aqui como ex-jornalista e agora Senadora curiosíssima, certamente como todos os telespectadores, para ver essas mudanças que devem ser extremamente favoráveis, especialmente na medida em que o Diretor Guadagnin lembra que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, que são os órgãos que tem a chave do cofre, estão apoiando.

Gostaria, antes de renovar o convite para que haja participação interativa com esse ciclo de palestras, de registrar a presença do Dr. Ronaldo Teixeira, que é o Secretário da Representação no Rio Grande do Sul, em Brasília, e que representa os interesses do Governo de Estado neste encontro.

Muito obrigada ao Secretário Ronaldo.

Queria lembrar novamente os endereços de participação interativa: pela Internet: www.senado.gov.br/alosenado; no Twitter: [@alosenado](https://twitter.com/alosenado); e por telefone, ligação gratuita, de telefone fixo, telefone público ou telefone celular, o telefone direto é 0800612211, ligação direta, por telefone, para qualquer um dos nossos expositores.

Convido, agora, para fazer a sua exposição, também pelo mesmo tempo de 20 minutos – eu queria agradecer ao Dr. Guadagnin por não ter usado os 20 minutos – Dr. Álvaro Tosetto, que é o Gerente-Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Agradeço o convite pelo Banco do Brasil participar aqui e fazer, como viemos fazendo, nos últimos anos, com as entidades representativas dos produtores: em conjunto com o MDA, nesse crescimento do Pronaf, ao longo do tempo.

Vou passar a V. Ex^{as} alguns números da Carteira do Banco em relação ao Pronaf para ilustrar um pouco melhor o grau de apoio que o Banco tem prestado ao segmento da agricultura familiar.

Temos na Carteira de Agronegócios do Banco um montante da ordem de R\$18 bilhões, emprestados para o público do Pronaf; e para este ano safra que está em curso ainda a participação do Banco prevista no Plano de Safra da agricultura familiar é da ordem de R\$10 bilhões. Desse montante até o momento, já temos 70,4% já aplicado, ou seja, dos R\$10,48 bilhões previstos para o Banco na aplicação do Plano de Safra já temos 7,79 bilhões aplicados, sendo 3,9 em operações de custeio e 3 bilhões em operações de investimento.

Com relação à quantidade de contratos com o público da agricultura familiar, varia ano a ano, mas ele tem se situado na faixa de 800 a 900 mil contratos/ano, chegando, em determinado ano, a um milhão de contratos. Então, isso dá a dimensão do tamanho da assistência creditícia do Banco no segmento da agricultura familiar.

Com relação a alguns aspectos que o Guadagnin já abordou aqui de ações e evolução do Pronaf, ao longo do tempo, merece destaque os mecanismos que foram ao longo do tempo sendo implementados, especialmente aqueles que se voltaram para uma espécie de blindagem aos



eventos adversos que os produtores rurais estão sujeitos, seja da agricultura familiar quanto empresarial do agronegócio em si, mas, de qualquer maneira, aquilo que na agricultura empresarial ainda estamos buscando desenvolver com maior intensidade, na agricultura familiar já é uma realidade há mais tempo, qual seja, a proteção contra intempéries.

O Proagro é um programa antigo, mas que tem no âmbito da agricultura familiar diferenciais que se chamam Proagro Mais, fazendo com que dificuldades adversas de clima, que afetam a renda do produtor em produtividade, possam ter uma indenização daquela dívida dele junto à instituição financeira e, ainda, pagar um valor adicional para que o produtor faça frente a outras despesas no seu dia a dia.

Inicialmente isso era válido somente para operações de custeio e operações em que o produtor pegava dinheiro para fazer uma lavoura de milho, de feijão, de soja, atividade pecuária em si, mas agora é possível fazer cobertura da parcela de investimento daquele ano.

Então, ele fez a compra de um trator, de uma plantadeira, de uma roçadeira, de algum equipamento para desenvolvimento da atividade dele, essa atividade que a gente faz uma operação de investimento, que é um prazo mais longo, também é coberta pelo Proagro Mais.

Um outro aspecto também importante que assegura renda para o produtor é o PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, no qual, mês a mês, é calculado um valor com base nos dados da Conab e em dados de mercado nos quais o Ministério de Desenvolvimento Agrário indica para os agentes financeiros qual é o percentual de desconto que o crédito que vence naquele mês pode ter em função de eventual dificuldade de preço de mercado, como, por exemplo, o arroz no Rio Grande do Sul que, nesta época, está com preço baixo. Para este mês, quem pagar uma parcela de operação de Pronaf o desconto é de 26%.

Esse tipo de mecanismo é importante, é dinâmico e funciona muito bem e faz com que eventual situação de dificuldade pontual numa região, numa cadeia produtiva, possa ser enfrentada de forma natural, sem sobressaltos, sem ter que recorrer a eventuais pedidos de medidas diferenciadas no âmbito do Governo para o apoio à atividade.

O que a gente vê é que o Pronaf atende a uma quantidade muito grande de produtores, tem um dinamismo muito grande, vem evoluindo com o tempo. E a gente acompanha de perto o trabalho do MDA nesse aspecto. O Guadagnin colocou uma questão que a gente concorda plenamente no que se refere à importância e à necessidade de se ampliar a assistência técnica aos produtores, porque o próprio Pronaf tem uma lógica na qual os produtores têm que evoluir na atividade. Em um momento são pequenos, começam a se estruturar melhor, começam a ter uma capacidade maior de produção e de gerenciamento de suas atividades. E à medida que o tempo vai passando, eles



vão evoluindo, ampliando a sua produção, ampliando a sua capacidade de geração de renda. Para isso, a assistência técnica é essencial.

E a gente sabe das limitações que o País tem nesse aspecto, com maior intensidade nas Regiões Norte e Nordeste. Para isso, o MDA tem feito uma série de ações buscando não só qualificar a assistência técnica existente, como também ampliar a possibilidade de uso desse tipo de apoio ao produtor, sem o qual é muito difícil sair de uma situação mais limitada para uma situação em que possa gerar renda de forma sustentável.

Na questão do Plano de Safra, está sendo discutida uma série de aspectos. Vamos aguardar mais alguns dias. A gente já vai ter a divulgação. A gente sempre procura junto ao ministério algumas questões sobre o rumo das coisas que estão sendo pensadas, para que a gente possa fazer adaptação de sistema, ajuste de orientação para rede de agências. De modo que, no dia 1º de julho, a gente esteja em condição de viabilizar o acesso ao crédito no primeiro dia no que se convencionou chamar Plano de Safra. Então, dia 1º de julho, a gente usualmente tem conseguido deixar tudo pronto para que o produtor busque o crédito no agente financeiro e tenha condição de tomar o seu crédito.

Eu queria passar uma informação sobre o Programa Mais Alimentos. Só neste ano, foram financiados no Banco 39.714 contratos, envolvendo R\$1,8 bilhão, num valor médio de R\$47 mil. Isso representou a possibilidade de financiamento de 7.239 contratos de financiamento de tratores; 17.598, na área de bovinocultura; e 3.863, na área de máquinas e implementos.

Esse é um programa que teve um sucesso muito grande. E em boa parte, há cerca de dois anos, sustentou muitos empregos na indústria de produção de máquinas e implementos agrícolas. Então é um programa de sucesso, é um programa importante e que, neste ano, tem este desempenho da ordem de 39 mil contratos até o momento.

De maneira geral, o que eu queria colocar para vocês era basicamente essa dimensão de volume de financiamentos que têm sido feitos no Banco do Brasil. A gente tem um contato muito estreito, muito próximo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com as entidades representativas dos produtores rurais. O diálogo é permanente. A gente faz fóruns com representantes da agricultura familiar pelo menos uma vez a cada semestre, onde a gente discute situações pontuais, determinada região, determinada situação, cadeia produtiva que possa ter algum grau de dificuldade. E na medida em que a gente vai discutindo isso, a gente vai construindo, a gente vai fazendo esse programa ser um sucesso.

Agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Álvaro, pela sua exposição, mostrando o papel do Banco do Brasil nesse processo do financiamento ao Pronaf, à agricultura familiar, mostrando as



mudanças, as alterações, e o próprio MDA reconhece, no sentido de foco muito grande na questão da assistência rural e da assistência técnica.

Renovamos os nossos agradecimentos à TV Senado, à Rádio Senado. Estamos com a transmissão desse Ciclo de Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, que é presidida pelo Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

Quero dizer aos telespectadores que podem participar interativamente pela Internet: www.senado.gov.br/alosenado; ou pelo Twitter: @alosenado; por via telefone, ligação gratuita: 0800-612211; ligação de telefone fixo ou celular ou telefone público. Como disse antes, a ligação é gratuita.

Passo a palavra ao Sr. Airton José Hochscheid, Assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul – Fetag, e também representando aqui a Contag.

Com a palavra, por 20 minutos, o Sr. Airton.

O SR. AIRTON JOSÉ HOCHSCHEID – Boa-tarde, Senadora Ana Amélia. E, em seu nome, permita-me cumprimentar os demais integrantes da Comissão de Agricultura aqui do Senado, cumprimentar também os demais debatedores, o João Luís Guadagnin, do MDA; o Álvaro Tosetto, do Banco do Brasil; e o Frei Sérgio, do MPA.

Da mesma forma, eu estendo aqui também um cumprimento especial ao Secretário Ronaldo, representando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e ao Luiz Vicente Facco, que representa conosco a Contag.

Início a minha abordagem falando do público, de quem é o público do Pronaf, público beneficiado e para o qual foi criado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Se pegarmos os dados do IBGE do último censo agropecuário de 2006, temos 84,4% das propriedades do País que são pequenas propriedades, propriedades da agricultura familiar e que correspondem a 4.367 milhões propriedades no Brasil.

Se formos para o Rio Grande do Sul e verificarmos os dados do IBGE para este Estado, no universo de 441.467 propriedades, temos 86% destas também pequenas propriedades da agricultura familiar, que correspondem a 378.546 propriedades no Estado do Rio Grande do Sul.

Se olharmos alguns números do que representa e da importância da agricultura familiar no País, pegamos os dados o MDA e do censo agropecuário que mostram que, em média, a agricultura familiar produz 70% daquilo que consumimos no dia a dia, que está presente na mesa dos brasileiros, ou seja, a importância para a soberania alimentar do País, que precisa ser frisada neste momento quando a gente fala em agricultura familiar e fala em financiamento ou, no caso, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, o Pronaf.



Da mesma forma, além da importância na questão da produção de alimentos, há também um setor estratégico muito importante da agricultura familiar, que é na questão da geração de mão de obra e geração de trabalho.

Os próprios dados do IBGE também nos mostram que, na agricultura familiar, a cada 100 hectares, são gerados 15,3 postos de trabalho, enquanto que na agricultura não familiar, na mesma área de 100 hectares, gera-se 1,7 postos de trabalho.

Então, além da questão da produção de alimentos, é preciso frisar também a importância desse setor para a ocupação da mão de obra e para geração de emprego no País.

Também se olharmos o histórico do crédito rural na agricultura familiar, precisamos ter bem claro que o Pronaf é um marco no financiamento da pequena propriedade.

Até 1994, quando foi criado o Provap, que em 1995 se transforma em Pronaf, o acesso do agricultor familiar ou do pequeno proprietário a financiamento era muito restrito. Os agentes financeiros costumavam financiar médios e grandes produtores, enquanto que a agricultura familiar tinha muita restrição ao crédito até 1994. A partir de 1995, com a criação do Programa de Agricultura Familiar, o Pronaf, os agricultores familiares passam a ter acesso aos recursos para custeio da lavoura e também para investimento em suas propriedades, em suas unidades produtivas.

Em 2004/2005, tivemos mais uma política junto com o Pronaf, que passa dar uma estrutura melhor ao Programa, que foi a criação do Programa Proagro Mais, muito bem referida aqui pelo João Guadagnin, do MDA, e que foi fundamental para cobrir prejuízos que os agricultores tiveram em função de frustração de safras.

É preciso lembrar que o Proagro Mais, criado em 2004, era apenas e específico para as operações de custeio agrícola, não abrangia as operações de investimento agropecuário.

Em 2006, tivemos outra política, outro programa, que também se soma ao Pronaf, que é de fundamental importância, já referido pelos debatedores que me antecederam, chamado de PGPAF, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar e que, se não é perfeito, é um início sim de uma política importantíssima e fundamental para a manutenção dos agricultores produzirem nas pequenas propriedades.

Um outro fator que precisa ser levado em consideração também – um fator positivo – é a ampliação de recursos para o Pronaf no decorrer dos anos. Se pegarmos o Plano Safra de 1999/2000, o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Pronaf, era de R\$3,28 bilhões; conseguimos elevar o Plano Safra 2010/2011, o que está em vigor ainda, para R\$16 bilhões; ou seja, praticamente quatro vezes o recurso que tínhamos há dez anos. Então, houve, sim, um



crescimento em termos de recursos para financiar a agricultura familiar muito importante nesses últimos dez anos.

Trago também um dado do Rio Grande do Sul que vamos abordar depois – e a Senadora Ana Amélia participou de um evento que tivemos na federação em Porto Alegre para discutir o problema do endividamento. O Estado do Rio Grande do Sul é responsável pela aplicação, em média, nos últimos oito anos, de 23,6% dos recursos do Pronaf, e por 18,4% dos contratos do Pronaf, nos últimos oito anos. Por que isso é possível no Rio Grande do Sul? Uma questão é que temos uma capilaridade muito grande das organizações que trabalham com a agricultura familiar. Os nossos sindicatos de trabalhadores rurais são importantíssimos para orientar e encaminhar os projetos dos nossos agricultores. Da mesma forma, há também a capilaridade de agentes financeiros no Estado do Rio Grande do Sul, onde o Banco do Brasil é o grande financiador da agricultura familiar. E temos, além do Banco do Brasil, o Banrisul, a Cooperativa Sicredi, Cresol, enfim, uma rede de agentes financeiros que trabalham com o programa...

(Intervenções fora do microfone.)

E o BRDE, muito bem lembrado aqui.

Nós temos, no último ano, em 2010, financiados no Rio Grande do Sul, 279.183 contratos no Pronaf, num montante de R\$2,69 bilhões liberados apenas no ano de 2010.

Da mesma forma que precisamos enaltecer os pontos positivos, temos algumas deficiências no programa. O próprio Guadagnin já se referia a algumas delas. A primeira delas, na nossa visão, é, sem dúvida, a questão da deficiência de assistência técnica e extensão rural, que é um dos grandes problemas, principalmente no foco de qualificar a aplicação do crédito. Isso é inegável. Precisamos avançar. E a pauta do Grito da Terra Brasil, da Contag, deste ano, que está sendo discutida neste momento, junto à Secretaria da Agricultura Familiar e ao Ministro Afonso Florence, traz exatamente esse como um dos pontos centrais da pauta deste ano do movimento sindical contaguiano.

Da mesma forma, precisamos ampliar os programas de garantia de preços. O PGPAF é importantíssimo? É, mas ele é insuficiente. Precisamos melhorá-lo, porque hoje o PGPAF abrange apenas o valor financiado, ele não abrange toda a produção do agricultor familiar, apenas até o limite do valor financiado.

Da mesma forma, temos outro problema importantíssimo, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que também precisa de ampliação de recursos, principalmente em momentos em que há depreciação de preços, geralmente na época de colheita. É o caso do arroz, nesse momento no Rio Grande do Sul: enquanto o preço mínimo é de R\$25,80, os produtores estão comercializando arroz a R\$17,00 ou R\$ 18,00. Isso tudo acaba gerando um alto grau de endividamento, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul.



Vamos, agora, trazer alguns números que nós apresentamos e depois também um pouco da pauta em que os movimentos que trabalham com a agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul têm trabalhado nos últimos meses.

Temos alguns dados aqui do Banco do Brasil, que foram os dados que conseguimos levantar no Rio Grande do Sul. A Carteira do Banco do Brasil do Pronaf, segundo a Superintendência do Estado, hoje está em R\$5 bilhões, dos quais R\$4 bilhões para investimentos e R\$1 bilhão de custeio. Temos, dentro desses R\$5 bilhões, o chamado crédito emergencial, que foi um crédito específico liberado em 2009, em função da catástrofe, criado em função da estiagem no Estado do Rio Grande do Sul. Depois, vamos trazer alguns dados do que isso representa em termos de créditos de emergência dos Municípios gaúchos.

Também temos, segundo o Banco do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, R\$450 milhões a cobrar ou em negociação – já começa aí o problema de inadimplência – e R\$180 milhões já lançados a prejuízo pelo Banco do Brasil.

Nos principais programas no Estado do Rio Grande do Sul, em termos de inadimplência, além da questão do investimento, temos a questão do crédito fundiário e do Banco da Terra, em que a inadimplência é de 20% e 50% respectivamente, ou seja, os dois programas com sérios problemas no Estado.

Para que possamos ter uma noção um pouco melhor de onde se originou esse endividamento no Estado do Rio Grande do Sul, pegamos os dados da Defesa Civil de 2003 a 2011. Nos últimos nove anos, tivemos cinco perdas de safras significativas no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2004, tivemos, nos 496 Municípios gaúchos, 352 em situação de emergência em função de intempérie climática. Em 2005, 459 Municípios em situação de emergência – aí é que começa o problema. Em 2008, novamente problema de intempérie em 190 Municípios. Em 2009, 319 Municípios em situação de emergência. Em 2010, 491 Municípios em situação de emergência. Os dados que a FEE e o IBGE nos trazem sobre o PIB agropecuário do Rio Grande do Sul retratam muito bem o que aconteceu no Estado em função de prejuízos decorrentes de intempérie climática, principalmente estiagem.

Na safra 2004/2005, em que se origina esse passivo, tivemos no Rio Grande do Sul uma redução de 14,1% no PIB agropecuário nos dois anos, 2004 e 2005. Se pegarmos de 2006 a 2010, os últimos quatro anos, nós tivemos uma recuperação de 12,1%, ou seja, os últimos quatro anos não foram suficientes para recuperar os prejuízos que os produtores gaúchos tiveram apenas nos anos de 2004 e 2005.

Outro dado que é preciso trazer aqui é um estudo feito pelo Fecoagro em conjunto com a Emater, a Dieese e o Mapa, no Estado do Rio Grande do Sul. Ele mostra índices de comparativos de preços de alguns



indicadores econômicos no período do Plano Real, período de junho de 1994 a junho de 2010. Nesses 16 anos, tivemos uma variação de inflação, segundo a Fundação Getúlio Vargas, de 318%. Os principais produtos agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul tiveram a seguinte variação: o arroz, no mesmo período, 169%, 148% abaixo da inflação; o milho teve uma variação positiva de aumento de preço de 110,66%, 207,34% abaixo da inflação; o trigo, uma variação positiva de preço de 159,13%, que ficou 158,87% abaixo da inflação; e o leite, 204,76%, ficando 113% abaixo da inflação.

Se pegarmos os insumos usados na produção, vamos ver o contrário. Temos, no caso da colheitadeira, um aumento de 72,38% acima da inflação; no caso do trator médio, um aumento de 61,45% acima de inflação; se pegarmos o óleo diesel, teremos um aumento de 103,05% acima da inflação.

Então, os dados que estamos trazendo aqui, que são as perdas em função de frustração de safra e perda de rentabilidade, sobretudo nesse período, demonstram claramente de onde se originou o endividamento dos produtores do Rio Grande do Sul.

É preciso ficar muito claro aqui que, na nossa visão, quem tem sustentado o Plano Real é, sim, a agricultura, em função de produzir alimentos baratos para o consumidor.

Da mesma forma, um outro dado é um levantamento que fizemos junto ao Banco Central – aí começa a grande preocupação, pois a preocupação da Federação no Estado não é apenas com o que está vencido, com o que está inadimplente mas, sim, com o que vai vencer nos próximos dez meses –, que mostra que, no Estado do Rio Grande do Sul, agora, em 2011, teremos vencimento de R\$2,6 bilhões no crédito do Pronaf. Isso faz com que o agricultor não dê conta de pagar aquilo que vence até o final de 2011.

Em função das intempéries que aconteceram, tivemos várias resoluções e medidas do Banco Central que negociamos junto ao MDA e que prorrogaram, ano após ano, a prestação. No entanto, chegamos a uma bolha que está prestes a estourar, se não encontramos uma alternativa para alongar esses débitos dos produtores do Rio Grande do Sul. Apenas em investimentos a vencer até o final do ano, temos, em 2011, R\$633 milhões e 168 mil.

Aí está o foco do problema. Por quê? Porque, de 2004 para cá, com a criação do Proagro Mais, o custeio esteve amparado quando tivemos frustração de safra; no entanto, o investimento não. O investimento teve o Proagro Mais e também o PGPAF apenas agora inseridos no último Plano Safra de 2010/2011. Estamos carregando uma dívida que vem de ano após ano, que temos empurrado com a barriga nos últimos anos e que está prestes a estourar. Em função disso, está a grande preocupação dos setores que trabalham com agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul em resolver de forma definitiva esse problema. Aliás, se não conseguirmos uma medida para solucionar esse problema, estaremos comprometendo o próximo Plano Safra no



Estado do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque o agricultor não vai conseguir acessar o recurso junto ao agente financeiro. Automaticamente vai deixar de produzir, de plantar e, com certeza, não terá condições de fazer os pagamentos a partir de 2011/2012.

Então é nesse sentido que as organizações do Estado do Rio Grande do Sul trazem propostas para solucionar o problema e para discutir junto aos Ministérios, principalmente o MDA e o Ministério da Fazenda, aqui em Brasília. O que nós estamos propondo? Nós estamos propondo uma consolidação do conjunto das dívidas dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul contratadas até a safra 2009/2010. Ou seja, o último Plano Safra não está nessa nossa proposta. Até a safra 2009/2010 é a nossa proposta, onde nós estamos propondo uma recomposição e um alongamento desses débitos para um período de até 15 anos, a fim de que possamos dar fôlego aos produtores para que eles possam pagar as suas dívidas com aquilo que eles produzem na sua propriedade, dando condições de pagamento.

Da mesma forma, o bônus adimplência de 30% para quem pagar prestação dentro do prazo e uma remissão de dívidas de valores de até R\$12 mil por família, incluindo crédito emergencial.

No ano passado, por meio da Lei nº 12.249, foram anistiadas dívidas do semiárido nordestino e que resolveu grande parte do problema de endividamento do Nordeste. No entanto, os produtores da Região Sul também precisam que o ministério, o Governo e os ministérios ligados ao setor olhem com carinho o problema que está enfrentando o produtor do Rio Grande do Sul, que não é por culpa do produtor ou por ineficiência do produtor. Nós temos problemas sérios de clima e tivemos sérios problemas de rentabilidade nestes últimos anos, que comprometem sim os produtores a honrarem os seus compromissos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço pela exposição do Airton, que deixou muito claro o cenário que nós temos. Praticamente metade de safra, num período de menos de 9 anos, 10 anos, praticamente a metade é de frustrações. Aí está realmente o grande problema da agricultura familiar.

Volto a renovar o convite para que os nossos internautas possam participar diretamente deste debate que estamos fazendo aqui para tratar do Pronaf e também do endividamento do setor, lembrando que podem acessar pela Internet: www.senado.gov.br/alosenado; ou Twitter: @alosenado; ou via telefone 0800-612211. A ligação é gratuita, pode ser feita por telefone fixo, celular ou por telefone público.

E agora, para encerrar essa nossa etapa deste ciclo, eu convido o Frei Sérgio Görgen para falar também por também 20 minutos. Ele que está aqui



na representação do Movimento dos Pequenos Agricultores e também da Via Campesina.

Com a palavra Frei Sérgio.

O SR. FREI SÉRGIO GÖRGEN – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu queria, em nome do nosso Movimento da Via Campesina, agradecer de coração o seu empenho. Surpreendeu-nos a sua dedicação e a sua pronta atenção ao nosso convite e também nos dá essa oportunidade ímpar de falar, não apenas no Senado Federal, mas, por meio do Senado, falar com os telespectadores do Brasil todo e falar principalmente com as assessorias ministeriais, que estão sempre muito atentas ao que acontece no Senado. Talvez seja uma oportunidade ímpar de sensibilização que o seu mandato nos proporciona. Uma gratidão especial, então, a esse seu gesto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. FREI SÉRGIO GÖRGEN – Também saudar aos que estão aqui na Mesa: o Guadagnin, o Álvaro, o Ailton, estamos construindo juntos, o Ronaldo, professor Nado. Também agradecer o empenho que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem feito para que a gente pudesse trazer essa preocupação federal. Também o Facco, da Contag, que tem sido um dos assessores. Nós temos alertado o Governo, não é Facco? Nós somos testemunhas – eu e você – que, desde 2007, a gente vem alertando o Governo de que esse problema, em algum momento, transformar-se-ia naquilo que o Ailton chamou de uma bolha. E isso não é nenhum demérito para o Governo; pelo contrário, eu tenho dito e disse em várias ocasiões, inclusive, lançamento do Plano Safra, que esse é um problema bendito. Há malditos problemas, esse é um problema bendito, porque é um resíduo muito pequeno de um endividamento de um programa que deu muito certo. Eu quero ser didático, um endividamento muito pequeno. Não porque o agricultor é caloteiro. O camponês não é caloteiro, o agricultor não é caloteiro. Há caloteiro, isso há, em qualquer categoria há. Acho que até entre os políticos deve haver algum. Há, não vamos negar. Eu sou frei, até há padre caloteiro, não é? Mas isso não é a regra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Isso é um número muito pequeno. Não é porque não trabalham, não é porque não querem pagar conta, é porque tiveram dificuldades reais. Senadora Ana Amélia, em 9 anos nós tivemos 6 anos com eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul: 5 de seca e 1 de seca e chuvarada numa região seca, 62 Municípios; a outra foi de chuvarada em algumas regiões, no período do plantio, em 214 Municípios.

Guadagnin, quero dizer para ti, com toda a tranquilidade e sinceridade, que num período em que os preços agrícolas estiveram abaixo da inflação, os insumos agrícolas iguais ou acima da inflação, em 9 anos, 6 de intempérie, um programa que se sustentou nessas condições garantiu renda,



alimentou o País, garantiu exportação, incorporou tecnologia, aumentou produção, isso é um programa de sucesso. Então, precisamos tratar do pequeno resíduo que os agricultores não conseguem honrar hoje, porque eles querem honrar. O pequeno agricultor, o camponês não dorme enquanto está devendo. Quem conhece a nossa cultura, não dorme enquanto está devendo e não quer ficar devendo. Sacrifica até o último dos seus recursos para não ficar devendo.

O Ailton também foi feliz aqui em explicar a origem dessa dívida. Só sendo também bem didático, sem aqui querer afrontar a inteligência de ninguém, mas apenas como informação extremamente didática. Embora o Pronaf tenha sido criado em 1996 e os financiamentos com um pouquinho mais de volume começaram a acontecer apenas a partir de 1998... É isso, não é Facco? A verdade nua e crua é essa.

Com valores muito pequenos e número de agricultores atendidos também pequeno, eles começam a ter um impacto maior em 2002 e os Estados que mais pegam recursos são os do Sul, não só porque são mais organizados, eu diria até porque, inclusive, o Nordeste tinha uma bolha de endividamento na época que não estava resolvida, não tem muito agricultor e eles, por conta do endividamento anterior, não conseguiam acessar; também porque o sistema financeiro estava um pouco menos adequado a atender os menores e também porque tem essa... O camponês no Sul do Brasil já está acostumado a entrar no banco; em outras regiões quase que só grande que entrava em banco. Então essa cultura o Pronaf tem mudado no Brasil. Essa cultura já existia no Sul.

Então, no Sul se pegou mais recurso em 2002, veja bem, no último ano do Governo Fernando Henrique. Até para fazer uma colocação aqui muito tranquila em relação a governos. Todos nós aqui temos lado, mas, ao mesmo tempo, todos nós temos que reconhecer o que foi feito em vários períodos. No ano 2003, com o Governo Lula, esses valores aumentaram, de novo o Sul captou mais recursos. Vejam bem, em 2002 e em 2003 aumenta a captação recursos. Em 2004, uma seca brutal, em 2005, outra seca brutal. Quando começam a pagar os primeiros investimentos, uma seca enorme. Aí entra o seguro agrícola, apenas para custeio. Os investimentos foram rolados e nessa rolagem de investimentos daquele período vêm tombando até agora, dando barrigada, como nós dissemos, para ser muito didático, ou fazendo mata-mata no banco ou estratégia que os camponeses fazem.

Eu conheço os camponeses, conheço os agricultores que numa comunidade, eles são lá 10 ou 12, um pega o dinheiro de todos, vai lá e paga, para daí depois pegar um novo financiamento e passar para o seguinte, até que todos fiquem adimplentes e conseguem fazer a próxima safra.

Eles foram rolando essa dívida que foi se acumulando nesse período. É disso que estamos falando. Inclusive, é dessa que foi rolada desde aquele tempo e foi aumentando um pouquinho a cada ano. Pegava um novo financiamento para pagar o antigo e fazer uma nova safra. E pagando, vejam



bem. Só 4% de inadimplência nesse longo período, nessas condições extremamente adversas.

Estamos falando de heróis, não os heróis do Pedro Bial, mas heróis verdadeiros, que colocam o alimento na nossa mesa, que conseguiram, nesse período todo, tudo isso.

Nós precisamos sensibilizar o Governo, a nossa proposta é clara, a nossa proposta é tranqüila, a nossa proposta, do ponto de vista de onerar o Tesouro, é muito pequena. Os meus cálculos – eu não sei quais são os cálculos da Contag –, os da Via Campesina, não ultrapassam 8 bilhões de reais. Isso falando para limpar, para começar a olhar para frente, parar de olhar para o retrovisor e discutir endividamento. Isso dentro de um Orçamento Federal. O que está hoje, Senadora? Um trilhão e setecentos bilhões. Dentro de um Orçamento da União deste tamanho, 8 bilhões é um valor pequeno para o benefício que traz, para o público que atende, para a alimentação barata que vem para todos, que ajuda a controlar a inflação; ajudou a controlar a inflação até hoje, segurou a inflação baixa, o que beneficiou todo mundo. Não faltou comida para ninguém, aumentou o consumo de alimentação com os programas de renda que foram criados ao longo dos últimos anos e não faltou comida; e ainda exportamos e muito. Colocamos muito dinheiro dentro do país com as exportações. E estamos falando de uma coisinha pequena.

Se os técnicos do Governo esperam que essas informações, Senadora, através de V. Ex^a, cheguem ao Ministro Mantega, que é uma pessoa muito sensível; se os seus técnicos, Ministro Mantega, com os técnicos do MDA se debruçarem sobre isso, eles pegam esses 8 bilhões e espaçam, no período de quatro anos, e transformam em 2 bilhões por ano. Realmente, estamos falando de uma coisa muito pequena para um benefício muito grande.

No Rio Grande do Sul a situação é mais grave por dois motivos: o primeiro motivo, por ter um endividamento um pouco maior. O segundo motivo, por ter tido impactos que normalmente o país não conhece. Esse impacto de clima no Rio Grande do Sul é algo estranho. É evidente que com as mudanças climáticas isso vai ser mais frequente, temos de começar a pensar nisso. Os climas temperados, que estão nessa fronteira de climas mais estáveis, que são os frios e os tropicais, são os que vão sentir mais agudamente essas mudanças climáticas. Já estamos sentindo isso. Inclusive, isso vai nos ajudar a nortear as políticas públicas futuras em relação a isso. Mas, normalmente, imagina-se que esses impactos existem no semiárido, mas eles existem no Rio Grande do Sul. As medidas tomadas no semi-árido foram salutares e corretas. Inclusive, o nosso pedido de remissão de 12 mil reais por família não é nenhuma novidade. Essa remissão foi concedida no Nordeste e foi concedida a todos os devedores da União que estiveram na dívida ativa nos últimos períodos: urbanos, rurais, pequenos empresários, pessoas físicas, jurídicas. Uma remissão de 10 mil reais



concedida há dois anos. Corrige esses 10 mil reais de dois anos atrás e dá os 12 mil reais que estamos pedindo hoje.

Então, não estamos fazendo nada, inclusive, que o Governo já não fez para resolver outros problemas semelhantes, mas essa bolha de endividamento, esse resíduo de endividamento, que é muito pequeno, se estende a todo o país, ele existe em todo o país, não é só no Sul. No Sul é mais grave por causa dessas duas realidades e poderá impedir, poderá criar graves problemas no futuro. Esse endividamento ainda não apareceu como inadimplência, graças a Deus. Por duas razões: uma, que as leis permitiram jogar para frente; e a outra, que o Banco do Brasil, Álvaro, soube usar os mecanismos legais, adequados e corretos para ir moderando com os agricultores. Paga uma parte, prorroga outra, prolonga outra – muito inteligente –, acho que vocês fizeram corretamente para não deixar que isso virasse um problema. O que estamos propondo com muita firmeza e até com certa veemência é que o Governo se antecipe ao problema, não deixe estourar. A sabedoria do Governo é se antecipar às situações críticas, não deixar que vire uma situação complexa para só então tomar medidas. Vamos nos antecipar. Se o Governo não se antecipar vai ter uma inadimplência estrondosa, preparem-se. Não porque algum dirigente de movimento social, incendiário, sobe num caminhão e diz: não paguem. Não é assim, não paga porque o povo não tem como pagar. E não é por nada que vivemos de bronca entre nós, a Fetraf, a Via Campesina e Fetag, e nos entendemos todos, porque na nossa base de pequenos agricultores, de todas as nossas entidades, o problema é exatamente o mesmo para todos e, portanto, tem-se que buscar soluções no Governo Federal.

Temos certeza de que a Presidenta Dilma – acho que é importante que digamos isso no feminino, mesmo que os dois estejam corretos, mas, sendo ela mulher, o mais correto é Presidenta, não é? A Folha de S.Paulo acha que se deve escrever Presidente, mas não preciso seguir o que a Folha de S.Paulo acha, não é? Então, que a Presidenta se sensibilize com isso. Ela percebeu, durante a campanha eleitoral, que esse era um problema concreto, grave, e temos certeza de que uma boa solução será encontrada. Competência técnica o Governo e os órgãos de Governo têm, assim como o Banco do Brasil, o MDA e a Fazenda têm. O problema está sendo reconhecido, os vários setores de Governo com que temos conversado estão reconhecendo que o problema existe; o impacto no Orçamento Federal é pequeno, para não dizer mínimo, é só fazer as contas, e já está tendo implicações.

Quero que vocês prestem atenção num dado que o representante do Banco do Brasil, o Álvaro, expressou aqui, um dado interessantíssimo: 39 mil financiamentos no Programa Mais Alimentos. Mas, diante de 4 milhões e 300 mil estabelecimentos de agricultores familiares, minha gente, isso é menos de 1%. Por que está tendo esse impacto? Porque quem está endividado, às vezes com



dívidas pequenas que não consegue pagar, não está conseguindo entrar no mais importante programa de crédito que já foi criado nos últimos 510 anos neste país.

Então, muitos que precisam, e às vezes precisariam não de 47 mil, que é a média, vocês estão vendo que se a média é de 47 mil é porque quem está num patamar de renda um pouco melhor na agricultura é que está tomando esse crédito. Média de 47 mil esses financiamentos. Isso quer dizer que aqueles que com 10 mil fariam uma mudança extraordinária na sua pequena propriedade não estão tendo acesso porque não conseguiram resolver esse e outro problema.

Por isso, tenho certeza de que a Ministra do Desenvolvimento Social, Ministra Tereza Campello, perceberá que a solução desse problema também ajudará a implementar realmente um programa de erradicação da pobreza extrema neste país.

Então, voltando a agradecer aos parceiros que estão na Mesa, a proposta foi explicada, os dados foram devidamente enunciados aqui por um estudo profundo que fizemos conjuntamente, nós, Fetag e Fetraf, com cessão de dados, inclusive, do Banco do Brasil, IBGE, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Defesa Civil. Fizemos essa compilação de dados para mostrar a origem, a causa, o tamanho e a solução de um problema que é pequeno diante dos grandes benefícios que o Programa Pronaf trouxe para os pequenos agricultores e para o país.

Senadora Ana Amélia, eu encerro as minhas argumentações. Muito obrigado.

Eu também, para seguir a regra, não gastei todo o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito, Frei Sérgio, o senhor foi preciso na argumentação, habilidoso nas sugestões políticas; extremamente realista, porque separou o joio do trigo. O senhor tem razão, o senhor que prega, que defende a justiça social, quando se trata de pessoas nem todos são anjos, sabemos que a humanidade é assim. Temos ótimos agricultores e falamos sempre na regra geral, mas não falamos pela exceção, a exceção são aqueles que natural e vocacionalmente são caloteiros.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN (*Fora do microfone. Inaudível*) – É a exceção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade, exatamente para provar que a regra existe, não é? Nesse aspecto, sim, têm políticos maus, têm administradores maus, têm médicos, têm sacerdotes, como o senhor lembrou, têm jornalistas, enfim, todos estamos suscetíveis a não termos uma conduta adequada.

Concordo com o Frei Sérgio, porque na linha dos agricultores há uma preocupação grande, é isso que o senhor falou: o agricultor não dorme



quando tem dívida. O Airton também ressaltou isso. O agricultor é um ser que vive da terra, aquilo é a vida dele, é uma ligação atávica, ele tem um amor por aquele lugar onde vive e de onde tira o sustento para a sua família e também para a renda de toda a comunidade.

Os números estão aí, indiscutíveis, sobre a importância desse setor, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, do ponto de vista tecnológico, porque quanto mais se acessa a tecnologia, como o Frei Sérgio lembrou, você está ampliando a produtividade na mesma área, porque você está usando. Isso é fundamental e aqui registro, porque há 40 anos acompanho o setor.

Acho que a Embrapa tem que entrar nesse processo, penso que seja uma boa alternativa, reforçados os seus orçamentos, para dar a atenção específica à agricultura familiar – o senhor que está representando o Rio Grande do Sul, Secretário Naldo –, também aos Estados, porque foram desmanteladas as assistências rurais. E aí precisamos remodelar, reestruturar e voltar a ter em todo o País, não só no Sul, mas no Norte e no Nordeste.

Aliás, tenho aqui algumas perguntas que gentilmente o Senador Acir Gurgacz, o nosso Presidente, que é lá de Rondônia, me faz e eu vou fazê-las com muito prazer.

Antes vou passar a palavra ao Guadagnin, porque o Frei Sérgio e o Airton levantaram questões muito importantes, penso que seja relevante agora uma posição, do ponto de vista do Governo, a respeito disso, não só a sua, mas também do próprio Álvaro Tosetto, porque tem a ver com a questão do financiamento.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Senadora, Frei Sérgio e Airton, ouvintes, primeiro um registro importante, todos os dirigentes de movimentos sociais que conhecemos e de que temos notícia têm agido no sentido de estimular a adimplência; ou seja, especialmente no Rio Grande do Sul não há um dirigente de movimento sindical ou movimento social do campo que oriente os agricultores a não pagar. Todos estão orientando que o agricultor busque, antes da eventual dificuldade, fazer com que o pagamento seja feito ou que, se tiver dificuldade, negocie com o banco, com os bancos – e lá nós temos pelo menos cinco instituições financeiras operando o Pronaf, e todas estão abertas à negociação. Esse é um comportamento importante que a gente tem que registrar. Os companheiros da Via Campesina, do Frei Sérgio, do MPA, têm orientando no sentido de que o importante é pagar em dia, por isso a inadimplência baixa. A mesma coisa a Fetag e a Fetraf, que não está aqui.

Registro de que há um comportamento altamente favorável na busca... Todos os envolvidos com o crédito rural do Pronaf, dos dirigentes sindicais aos técnicos da extensão rural, as famílias, aos agricultores, a busca da adimplência, do pagamento em dia, de honrar seus compromissos está sendo feita. Não há notícia de que algum dirigente de movimento social esteja



dizendo para não pagar. Então, esse é o primeiro comportamento. Todos nós estamos imbuídos de que nossos compromissos devem ser honrados e temos procurado fazer isso, os agricultores têm procurado fazer isso.

A outra realidade é de que todos os programas de crédito priorizam os que pagam, é por isso o Pronaf evolui como tem evoluído. Nós conseguimos, por exemplo, no primeiro ano do seguro agrícola, em que houve uma catástrofe no Rio Grande do Sul, investimento do Governo Federal só com o Estado do Rio Grande do Sul, em termos de seguro, este ano foi o ano safra 2004/2005, foi de oitocentos milhões de reais. O Pagamento com indenizações, o primeiro ano do Seguro Agrícola foi de oitocentos milhões de reais só no Estado do Rio Grande do Sul.

Em média nós investimos, nós apoiamos os agricultores do Rio Grande do Sul com cerca de cento e cinquenta milhões de reais por ano, para indenizações contra problemas de clima.

Registro que o Rio Grande do Sul tem 25% dos créditos do Pronaf, em consequência, é lógico que ali se concentra também maior volume de demandas. Realmente o Estado do Rio Grande do Sul tem tido fenômenos climáticos importantes e algumas ações que reestruture o Estado, há uma preocupação permanente. O Frei Sérgio, quando então Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, já advogava isso. Quer dizer, há que se pensar o modelo agrícola do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, uma parte do Mato Grosso do Sul, uma parte de Santa Catarina, oeste do Paraná, são as regiões em que temos tido várias coisas, inclusive, provavelmente das mudanças climáticas, intempéries que provocam grandes prejuízos.

Então, o Rio Grande do Sul é um local em que a agricultura é perigosa, vamos dizer assim, precisa ser bem revista, precisa ter remanejo de solo, uma boa calagem, boas práticas agrícolas conduziram a uma melhor colheita no Estado do Rio Grande do Sul e em alguns outros Estados.

Então, o primeiro chamamento – e aí as lideranças dos movimentos sociais de novo têm liderado esse processo – é que se faça uma agricultura racional, que se utilize o máximo de conhecimentos possíveis, que se utilizem os melhores solos e que não se faça agricultura temerária. Em algumas situações, por exemplo, solos de muita declividade têm uma facilidade de perda d'água muito maior do que solos mais planos. Então, optar por uma agricultura de menor risco, buscar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Diretor Guadagnin, a observância do zoneamento agroclimático tem dado resultados positivos nesse processo?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sem dúvida. O zoneamento agroclimático é uma ferramenta fundamental, tem reduzido os riscos da agricultura familiar. Temos alguns problemas localizados no Rio Grande do Sul



em que, por deficiência de informação, tanto do mapa de solos, qual a capacidade de cada solo, quanto de informações do histórico da meteorologia de alguns Municípios em que temos uma deficiência, por exemplo, na região de São Gabriel e aqueles solos mais arenosos daquela fronteira toda, há deficiência de zoneamento. Muito provavelmente, o período de plantio que estamos estimulando é muito além daquilo que a prática está demonstrando. Há uma incidência maior de perda por ali. Alguns refinamentos no zoneamento agrícola do Estado são necessários, não tenha dúvida.

Agora, sobre zoneamento, para que vocês entendam também a importância que o Pronaf significou em termos de avanço à agricultura familiar. Quando nós iniciamos o Seguro da Agricultura Familiar tínhamos oito culturas zoneadas no Brasil. As grandes culturas, as *commodities*, as mais importantes, hoje nós temos quarenta e quatro. Um trabalho muito intenso do Ministério junto com a Embrapa, diga-se de passagem, do Ministério da Agricultura, que coordena o zoneamento agrícola de risco climático no Brasil, avançamos de oito para quarenta e quatro culturas.

Então, as opções de plantio, em grande maioria, talvez, eu precisaria consultar, mas seguramente mais de trinta e cinco são possíveis de serem plantadas no Rio Grande do Sul. Então as opções hoje para os agricultores familiares do Sul do Brasil são muito maiores que eram quando começamos o programa de Seguro da Agricultura Familiar, em 2004.

Num período relativamente curto, de seis anos efetivos, nós temos aí um avanço importante no zoneamento agrícola. E outras opções existem para os agricultores, além de milho e soja; milho, soja e feijão são as três culturas com maior número de eventos climáticos desfavoráveis, a maior quantidade de perdas.

A outra consideração que é preciso mencionar é que todos os que pagam, em todo o sistema de crédito no Brasil e no mundo, têm prioridade. Então, em qualquer... primeiro que não há registro, nenhuma discussão dentro do Governo sobre consolidação de dívidas. Eu já vou falar melhor sobre essa proposta que a Fetag do Rio Grande do Sul, através do Airton, apresentou aqui. Não existe isso, não há possibilidade, porque a prioridade de qualquer sistema de crédito mundial é para o adimplente. Para esses adimplentes, este ano, muito provavelmente melhoraremos o seguro, as condições de seguro, da cobertura do seguro; deveremos melhorar o PGPAF e deveremos, muito provavelmente, conseguir alguma redução nas taxas de juros. Diga-se de passagem, hoje, a taxa de juros do Pronaf é de 2% ao ano, para investimento e mais alimento – até R\$130 mil, a 2%. E, nos custeios, o juro médio é de 1,5%. Setenta e cinco por cento dos agricultores familiares fazem custeio abaixo de 10 mil reais, valor que tem juros de 1,5% ao ano. Então, o juro médio que o agricultor familiar paga hoje, ao longo de um ano, é menor do que 2% na média. Então, isso precisa ser registrado. Há um esforço e uma compreensão dos Ministérios da área



econômica no sentido de ampliar os benefícios, tanto no seguro quanto no PGPAF e nas condições de acesso ao crédito. Isso só acontece, porque – insisto – todos os envolvidos com o processo estimulam o pagamento e, especialmente, os agricultores pagam, inclusive os do Rio Grande do Sul.

Não podemos, por causa de algumas situações localizadas, propagar que faremos uma consolidação de dívidas. Na consolidação de dívidas na proposta que o Airton fez – vou repetir um pouco, porque ela é bastante alentada – para todos os contratos, a todos os que estão vencidos ou a vencer dar-se-ia um perdão, uma remissão, que é um perdão, de até R\$12 mil. Isso envolve, hoje, praticamente 83% dos financiamentos do Pronaf.

Como nós tratamos de Brasil – nós não podemos tratar só do Rio Grande do Sul, embora eu seja gaúcho –, nós temos de olhar o Brasil. Nós temos hoje R\$27 bilhões de contratos na Carteira ativa do Pronaf. Um perdão de até R\$12 mil significa um custo, para o Governo, de R\$20 bilhões. Este é o tamanho da conta, afora que, para o restante, aos R\$7 bilhões que ficariam, ainda se dariam mais cinco anos de prazo, cinco anos de carência e quinze anos para pagar. O que significa que, ao longo desse tempo, seria melhor o Governo não assumir essa dívida, porque o custo seria muito grande.

A proposta da Fetag, que, de certa forma, foi encampada pela Contag, significa que, no tamanho que temos hoje de crédito concedido aos agricultores familiares – 3,2 milhões contratos, R\$27 bilhões emprestados –, o custo para o Governo, se admitida a proposta da Contag, seria de R\$54 bilhões. Esse é valor que a sociedade teria de pagar. Então, não seria pouco dinheiro.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Os números são mirabolantes e irreais.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Não são mirabolantes. São dados conhecidos, Frei Sérgio. Podemos abrir isso. Em qualquer agente financeiro, vocês podem obter informações.

Se nós consolidarmos essa dívida... Outra questão importante: consolidação significa transformar todos os contratos em um só, o que geraria uma demanda imensa de trabalho. Primeiro, ter-se-ia de mudar a lei. O Código Civil não permite isso hoje. Então, é uma proposta que, na base, já peca por falta de base jurídica. Nós não temos como fazer isso.

Há mais uma coisa importante, embora esteja subjacente à proposta: os agricultores não têm dívida só com o Pronaf. Há agricultores que, muito justamente, compraram uma geladeira, melhoraram a casa, compraram uma moto, um carro. Então, de nada adiantaria resolvermos a dívida do Pronaf se não consolidássemos também as outras dívidas. Aí, não teríamos ideia de quanto seria, não é?

Esse é o quadro. Nós precisaríamos, para que a proposta de remissão de dívidas até R\$12 mil, das vencidas e a vencer, com cinco anos de prazo para pagar o restante, cinco anos de carência e mais quinze anos a pagar,



a juros do Pronaf, significaria em torno de mais de R\$50 bilhões. Então, esse é o quadro que a gente precisa dizer.

O que o Governo Federal investe no Rio Grande do Sul anualmente? Para que mantenhamos esses cerca de 300 mil gaúchos com crédito do Pronaf, a sociedade brasileira paga R\$500 milhões. O custo da equalização do crédito rural, dos 25% do crédito rural concedidos aos gaúchos, é de R\$350 milhões. Esse é o custo de equalização. O Pronaf custa, aproximadamente, R\$1,5 bilhão por ano; com juros baixos, mais o custo bancário, redunda em uma elevada despesa do Governo. Cerca de 25% de R\$1,5 bilhão estão no Rio Grande do Sul, algo como R\$350 milhões. Na média histórica, temos em torno de R\$100 milhões de seguros por ano. E, com o PGPAF, investimos na agricultura familiar gaúcha mais R\$50 milhões. Redunda que temos, aproximadamente, R\$500 milhões de gastos.

Soube que o Governo do Estado, muito justamente, fez um perdão de dívidas de cerca de R\$63 milhões, dívidas históricas, que os agricultores tinham com o Feaper. Há que se registrar o esforço do Governo do Estado que, com dívidas de anos – seguramente tem mais de vinte anos essa dívida –, é de aproximadamente 10% do que o Governo Federal investe anualmente no Rio Grande do Sul. Então, o investimento da sociedade brasileira nos agricultores familiares gaúchos, justo e necessário, por tudo aquilo que disse – movimento social organizado, agentes financeiros atuando, assistência técnica bastante razoável, talvez um dos melhores do Brasil –, o Governo Federal investe na agricultura familiar gaúcha R\$500 milhões.

Outra consideração a respeito da Lei nº 12.249, à que o Frei se referiu, a antiga Lei da Adene. Essa lei, na verdade, entrou em vigor em 2010 e não em 2009. Trata-se de dívidas de agricultores familiares e de não agricultores familiares contraídas antes de 2001. Então, são dívidas muito antigas. Se eventualmente quiséssemos estabelecer uma isonomia de tratamento, nós teríamos de perdoar as dívidas dos agricultores familiares anteriores a 2001. Não é a proposta que está na mesa. A proposta que está na mesa fala de remissão de dívidas vencidas e vincendas, o que está ainda por vencer, que dariam esses R\$50 bilhões ou mais.

O que se fez no Nordeste, o custo do pagamento dessa dívida histórica, antiga, de programas antigos lá do Nordeste, a maior parte deles, a maior parte das dívidas, antes do Pronaf, inclusive, é de R\$1,8 bilhão. É o investimento que o Governo Federal está fazendo para resolver o problema de 530 mil agricultores nordestinos, grande parte deles do Grupo B, cerca de 320 mil, que têm uma dívida média de R\$700,00. São os créditos do Microcrédito Produtivo Rural do Pronaf, contraídos antes de 2004. Então, na verdade, a isonomia, se eventualmente isso pudesse estar na mesa, teria de ser dada naquela condição: da Lei nº 12.249. Extrapolando a Lei nº 12.249 para créditos



ainda a vencer não se fez. A Lei nº 12.249 não trata disso. Trata de dívidas, em sua grande maioria, com exceção do grupo B, de 2001 e de anos anteriores.

Então, as leituras, já que estamos falando francamente, precisam ser feitas como elas são, como a lei está escrita, como é verdade, e os números do Rio Grande do Sul precisam ser conhecidos na sua inteireza. Vou insistir novamente: nós precisamos, mais e mais, de estimular que os gaúchos paguem. Vou repetir aqui: qualquer outra informação no sentido de que eventualmente o Governo Federal esteja estudando renegociação de dívidas não é verdade. Não há o mínimo espaço, neste momento em que nós estamos avançando nas medidas de proteção e apoio à agricultura familiar brasileira, incluída a gaúcha, de colocarmos na mesa uma demanda localizada, bem típica e que está recebendo tratamento reconhecido tanto pelo Airtton como pelo Frei Sérgio. Os agentes financeiros têm dado tratamento adequado aos casos.

Por último, qualquer sistema de crédito significa que, no processo – e vejam que estamos tratando de quinze anos de Pronaf –, há perdas. Há algumas pessoas que recebem crédito e por razões cuja maior parte delas é compreensível e se entendem deixam de pagar. Há uma doença na família, uma dificuldade, uma intempérie. Isso é do processo. A nossa média de inadimplência está acima da média que nós estimávamos. Nós sempre procuramos e há um tempo mantivemos essa média de cerca de 2% de inadimplentes no programa, que, em qualquer sistema de crédito, é admissível na origem, quando começa o programa. Nós estamos com o dobro disso. Estamos com cerca de 4% de inadimplência e buscando reduzir isso. Como? Ampliando o seguro, ampliando o PGPAF, ampliando os recursos para assistência técnica e extensão rural.

Então, esse é o esforço que acho que temos de fazer.

Fico à disposição para mais informações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria saber se o Frei Sérgio tem alguma... Acho que ele agora tocou aqui, eu diria, como nós dizemos no Sul, foi buscar lã e saiu tosquiado – não é Airtton e Frei Sérgio? – com essa declaração do Guadagnin, mas acho que ele está usando a posição do Governo.

Então eu vou dizer ao Frei Sérgio que estou muito contente, porque aqui vieram perguntas de todo o País: Amazonas, Pernambuco, Paraná e algumas dirigidas ao Banco do Brasil.

Ouviremos o Frei Sérgio, porque a questão envolve agora a proposta feita e recusada já preliminarmente pelo Governo.

Quero ouvir o comentário do Frei Sérgio sobre o questionamento a respeito disso.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Eu espero que a posição do Dr. Guadagnin não seja a posição do Governo. Eu acho que este Governo tem uma outra forma de tratar problema social. Espero que eu tenha feito campanha para



o Governo certo. Se o Governo que está hoje é o mesmo que defende a posição do Sr. Guadagnin, sinceramente eu errei no que eu fiz nos meus últimos anos de vida. Sinceramente, errei e vou ter que me penitenciar. Espero que não seja. Não é isso que eu tenho sentido nos gabinetes, nos ambientes da área política por onde tenho circulado.

Se ele tem a orientação de vir fazer um discurso duro, porque esta reunião passa num programa televisionado e não dá ambiente de ninguém mais pagar banco, eu até entendo e reconheço. Certamente ele, como funcionário disciplinado, talvez esteja assumindo essa postura, mas, da forma como se expressou, se essa é a posição do Governo, eu ficaria extremamente triste em saber em primeiro lugar.

Acho que se trata de um problema social evidente, consistente. Ou o Dr. Guadagnin não está em contato com a realidade concreta ou, na ânsia de defender um sistema de crédito que ele ajudou a criar, transforma isso num problema pessoal e não é. Ele tem mérito no que ajudou a fazer e são reconhecidos por nós. Inclusive, o problema não é atribuído ao sistema de crédito.

Ora, a agricultura teve seus preços abaixo da inflação o tempo todo, suportou problemas climáticos esse tempo todo, não teve mecanismos de proteção do crédito, que tem um endividamento pequeno... esses números que citou aqui os nossos técnicos discutem com ele e com o Governo quando quiser, onde quiser, quanto quiser e o número que quiser. Se for o caso, eu desafio o Governo: limite o subsídio para o endividamento a R\$8 bilhões como estamos defendendo e está-se com medo que chegue a R\$24, R\$25, R\$27, R\$54 bilhões, números totalmente irreais, inconsistentes. Tenho certeza de que essa não será a posição do Governo, Senadora Ana Amélia.

Por que o Nordeste pegou pouco crédito? Por que se veio arrastando esse problema que ajudou a empobrecer a agricultura nordestina? É um crime contra a agricultura do Nordeste. Endividados desde 2001, não podiam pegar crédito e tinham pouco acesso ao Pronaf. Dez anos depois, resolvem esse problema para eles poderem acessar de novo, agora que os agricultores do Sul conseguiram fazê-lo em condições totalmente adversas. Quanto êxodo, quanto sofrimento, quanta gente saindo do Nordeste para cortar cana em São Paulo nesse tempo, porque não tinha acesso ao crédito para fazer um plantio na sua propriedade! Quanta dor atrás disso!

O nosso movimento social está no Nordeste também. Nós conhecemos a realidade de lá. Nós sabíamos que eles não podiam nem prestar contas com o Serasa, com o Dr. Serasa, como o pessoal me pergunta: “Frei, quem é esse Dr. Serasa”? Não sei. “É porque eu vou ao banco e me dizem que o Dr. Serasa é quem diz que eu não posso financiar”. Estava todo mundo no Dr. Serasa. (Risos.)



Os números que o Guadagnin citou aqui não são reais. A realidade sobre a qual ele trabalha não é real. Os agricultores não vão pagar porque não podem, não é porque alguém disse para não pagar, porque nós sempre dissemos para pagar. E nós, quando defendemos os créditos, também sempre quisemos criar condições para que realmente pudesse pagar. Se fôssemos discutir, teríamos que dizer que não é um problema de Estado, é um problema nacional. É maior no Rio Grande do Sul pelos elementos que citei aqui. Não quero transformar isso aqui na seguinte conversa: “O Rio Grande ganha tanto da União Federal e agora está chorando”. Pelo amor de Deus! O Senado é a Casa dos Estados. Esse argumento não pode vir aqui, porque senão vou fazer outra conta: quanto a agricultura do Rio Grande do Sul gera de imposto para o Governo Federal? Pouco mais que R\$500 milhões. Vamos fazer todas as contas assim.

Não se trata de uma briga de Estados, mas de um problema real de um bom programa, que teve percalços no seu percurso, que teve políticas de garantia de renda que chegaram tarde; que teve políticas de garantia de crédito e fenômenos climáticos que chegaram tarde e foram construídas por todos nós, que não atingiu todas as áreas – atingiu o custeio, mas não atingiu o investimento. Temos que olhar todos os dados. A nossa argumentação é consistente e nós não vamos aceitar que, de pronto, seja rebatido dessa forma.

E mais: Não tem discussão no Governo sobre isso? Tem. Quero afirmar aos telespectadores e aos agricultores que eventualmente estão nos ouvindo que tem discussão. No momento em que pomos em pauta, o Governo aceita conversar sobre esse assunto conosco e nós conversamos com um ministro sobre isso, a Fetag e a Fetraf, então há possibilidade de nós sentarmos e conversarmos, é preciso afirmar que há discussão. Não se sabe o que fazer. E mais: há uma fala da candidata hoje Presidenta Dilma Rousseff, num programa de televisão, dizendo que esse problema existia e teria de ser tratado. Então os que hoje estão no Governo têm compromisso político. Conheço muito bem – graças a Deus! – a atual Presidenta. Tive a honra de trabalhar com ela. Sei que ela vai honrar o compromisso que assumiu conosco no tamanho e na medida exata do problema e que, eventualmente, os executivos do Governo vão saber usar sua inteligência para resolver o problema e não para dizer que não existe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas, antes de passar ao Airtton, que também vai fazer menção ao comentário do Guadagnin, falar não só sobre o problema das intempéries, do impacto que houve por conta das nove ou seis safras mal sucedidas por causa de problemas climáticos, mas lembrar, neste momento, por exemplo, o que já foi mencionado aqui neste debate: o problema do arroz. O preço mínimo é R\$25,00, o agricultor está recebendo R\$17,00 pela safra e seu custo é R\$29,00. Nem é um problema de quebra de safra, mas da situação do mercado, que está abaixo. O Governo está importando arroz da Argentina, chega a 100 mil



toneladas por mês, mas deveria suspender e comprar na hora em que fosse necessário, mas não agora.

Passo a palavra ao Airton representante da Fetag/Contag.

O SR. AIRTON JOSÉ HOCHSCHEID – Eu também quero de pronto me solidarizar com o Frei Sérgio e acreditar que a posição adotada aqui pelo representante do MDA não é a do Governo. Primeiro, a meta número um do Governo é o combate à miséria e à pobreza no campo, dita há poucos dias pela Presidenta Dilma. Se essa meta realmente é a número um, isso só se faz com produção e oferta de alimentos. Quem produz e oferece alimentos hoje para a mesa do brasileiro? A agricultura familiar.

Segundo ponto, nós não podemos simplificar o debate. Parece-me que o Guadagnin simplifica o debate quando apresenta alguns números. Primeiro, é preciso deixar bem claro que, em nenhum momento, nós estamos pedindo cinco anos de carência. Nós estamos falando em dois anos de carência. Segundo, quando nós falamos aqui em remissão de dívidas de até R\$12 mil, não podemos admitir que seja de R\$12 mil a dívida de todos os produtores. Cerca de 70% a 80% dessas dívidas deve estar abaixo de R\$5 mil. Então o cálculo não pode ser feito baseado em R\$12 mil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esse é o teto.

O SR. AIRTON JOSÉ HOCHSCHEID – Outra questão que é preciso deixar bem clara é que, se realmente, como o Guadagnin, representante do MDA, disse aqui, não há espaço para discutir benefícios ou alongamento de dívidas, a primeira pergunta que se faz é: qual foi a renúncia do Governo brasileiro com a redução do IPI para a indústria automobilística e o setor de máquinas no ano passado, em 2009? Será que existe para alguns setores recurso e para outros não? Ou algum setor é mais importante do que o outro?

Terceira questão. Nós não podemos também misturar dívidas do crédito rural com dívidas ou compras de carros, trator, geladeira, conforme falou o representante do MDA. Não concordamos com isso de forma alguma.

Quarto lugar. Nós estamos nos antecipando ao problema, que não é novo para o Governo, porque está na pauta do Grito da Terra, da Contag. É no mínimo três anos. Então, o Governo sabe que o problema existe. Inclusive, a Presidenta reconhece o problema quando disse, no horário político, ano passado, que é preciso encontrar uma alternativa para solucionar o passivo da agricultura familiar por problema de endividamento.

Por que nós estamos tentando nos antecipar? Porque, em primeiro lugar, toda vez que o produtor vai ao banco prorrogar a dívida para o ano seguinte, há uma reclassificação de risco. Automaticamente, esse produtor vai ter... se ele precisa de cinco mil reais, vai financiar três ou dois. É por isso que estamos propondo uma recomposição, uma repactuação por um prazo alongado, para que a gente possa ajustar a capacidade de pagamento ao vencimento dessa dívida.



Então, o que estamos pedindo aqui e vamos continuar insistindo... Se não for via MDA, que é o nosso Ministério, não é, Frei Sérgio? Que deveria ser um Ministério, é o ministério da agricultura familiar. Nós, certamente, vamos discutir isso aqui com a Fazenda e com outros ministérios que têm a ver com a área. Mas nós não aceitamos que a posição manifestada aqui pelo João Luiz Guadagnin seja a posição do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria, Guadagnin... Nós estamos debatendo. Mas, agora, vou passar para o... Porque a pergunta veio lá do Paraná, tendo por base as informações que o Álvaro Tosetto falou a respeito de seguro rural.

A pergunta vem da dona Itália Mussolon Dusek, lá do Paraná. Muito obrigada, senhora, por ter entrado aqui também no programa, neste debate. Ela afirma que algumas informações fornecidas na audiência pelo Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios, Álvaro Tosetto, sobre o seguro agrícola não procedem. Segundo ela, no Município de Cantagalo, no Paraná, os pequenos agricultores que perderam suas plantações por causa das enchentes, mesmo depois de anos pagando o seguro em dia e cumprindo todas as exigências do Banco do Brasil, inclusive avaliação com avalista do próprio banco, não conseguem receber o dinheiro desse seguro. Então, essa é a pergunta para o Álvaro.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Bem, dona Itália, eu não tenho como identificar daqui que tipo de situação pode ter havido no Município de Cantagalo, para que essa indenização não tenha ocorrido até o momento. O que posso dizer é que a gente vai fazer uma verificação do que está acontecendo e, identificado o tipo de questão que possa estar gerando essa dificuldade... A gente tem condição de fazer isso por meio de algum *e-mail*, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pode. Eu vou lhe passar inclusive o *e-mail* da dona Itália, porque aí o próprio banco pode responder. Acho que é um serviço que estamos prestando a eles.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – OK. A gente responde, então, pelo próprio *e-mail* em que a questão foi colocada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está certo. Então, já começamos a resolver os problemas.

Aproveito aqui uma pergunta que o Frei Sérgio levantou, também, sobre a questão da concentração dos recursos do Pronaf no Sul do País.

Aqui vem uma pergunta do próprio Presidente da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz. Eu faço, com muito prazer, a pergunta dele ao Guadagnin. É o seguinte: “Considerando o perfil concentrador do Pronaf, comprovado pelos dados, que revelam que 50% dos contratos e recursos ainda estão na Região Sul, enquanto a Região Norte recebe apenas 7% dos contratos, o que os gestores do Pronaf estão fazendo



para distribuir melhor os recursos e reduzir as desigualdades regionais? Esse seria um dos objetivos do programa?”

Aqui vem outra pergunta também: “A maior inadimplência do Pronaf está no Grupo A, o grupo que abrange os assentados”. Ela pergunta se é verdade isso. E ainda, os Estados do Nordeste apresentam as maiores inadimplências no âmbito do Pronaf, bem acima da média dos 4%. Nessa Região, o Pronaf não teve o mesmo sucesso que nas outras regiões do Brasil? Por quê? Então, essa fica para o Guadagnin e eventualmente o Ângelo, se puderem responder.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Bom, primeiro, a resposta aos ouvintes.

O crédito e a concentração de crédito. É preciso entender, Senador, que crédito rural ou crédito é para atividade produtiva geradora de renda. O dinamismo da economia da atividade agrícola da Região Sul é muito distinta daquela da Região Norte.

A outra consideração é de que o espaço que o agricultor tem para buscar atividades produtivas geradoras de renda no Sul é muito maior. Há mais mercado, assistência técnica, fornecedor de insumos; e uma série de questões, então, que antecedem o crédito ainda não estão dadas, em boa parte dos Estados da Região Norte.

No Estado de Rondônia, que é o Estado do Senador Acir, nós temos uma presença mais importante, porque há um dinamismo maior da economia, da agricultura. Então, crédito vai muito disso.

Boa parte dos agricultores familiares da Região Norte é extrativista. E o principal insumo, além, é claro, da natureza, do aproveitamento racional dos recursos naturais abundantes naquela região, é a mão de obra. Então, para essas atividades nem sempre há necessidade de crédito.

Outro fator da diferença, e o Frei Sérgio colocou um pouco na sua fala, é a presença de informação, assistência técnica, pesquisa agrícola na Região Sul, que é antiga. Já há história, histórico de trabalho. O próprio Senador Acir, que é natural do Paraná, conhece bem a realidade distinta que há do Paraná para a Região Norte. Então, esses fatores levam a que ainda se tenha uma alta concentração de crédito na região em que o dinamismo econômico é maior; em que a agricultura é mais produtiva, desenvolvida, enfim.

Nós precisamos resolver ou atacar os problemas que eu citei e há na Região Norte, sempre lembrando que para a Região Norte o nosso comportamento é de preservar os recursos naturais, porque aquela região realmente é um santuário da humanidade. Nós precisamos buscar a convivência com o bioma e é isso que temos feito.

O trabalho com os sistemas agroflorestais, o uso racional das essências nativas do bioma Amazônico, são importantes. Essa é a ação que nós desenvolvemos. E em muitas situações, o fornecimento de crédito é um



estimulante do desmatamento, da predação. Nós procuramos sempre adequar o tamanho ou as regras do crédito à realidade dos biomas onde eles estão.

Sobre inadimplência. A principal inadimplência, hoje, realmente é no Grupo A, por uma série de razões. Nós podemos até, em algum momento, fazer aqui, quem sabe, um debate sobre a questão da reforma agrária. Seguramente, o principal ator não está na mesa, que é a autarquia que cuida da reforma agrária no Brasil. Nós teremos que debater isso.

O Nordeste. A situação de inadimplência no Nordeste é importante. Ultrapassa a média brasileira. Quando olhamos a média do Sul é muito menor que a média brasileira, porque temos uma presença... embora o volume de crédito do Nordeste seja menor, há um grupo importante de agricultores que não consegue pagar.

As condições climáticas do Nordeste são muito adversas para a maior parte das culturas, mesmo em Municípios zoneados. E o outro fator é que as condições que boa parte do Brasil tem, da metade para baixo, para produção agrícola, não estão presentes no Nordeste. Afora o clima, o fornecimento de tecnologia, sementes, insumos e especialmente de assistência técnica.

Há pouco o Álvaro falou sobre isso. Se nós avaliarmos os serviços de informação, capacitação, assistência técnica do Nordeste e do Sul, a diferença é gritante. Então, isso, infelizmente, produz um ambiente mais favorável para que a inadimplência seja maior no Nordeste do que nas demais regiões do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, vou dirigir a pergunta ao Álvaro, porque essa aqui veio por escrito de um pequeno agricultor, o Carlos Melo. Ele é um pequeno agricultor, coordenador executivo da ONG Amigos da Mata.

Ele apresenta aqui algumas coisas interessantes. Inclusive, Frei Sérgio, fala do Dr. Serasa também, aqui. Ele diz que um fator impeditivo que deve ser sanado no âmbito da metodologia do Banco do Brasil é o histórico negativo de um pai que passou por todos esses alongamentos da dívida e fez sucessão familiar. E agora, os filhos não conseguem financiar, também por esse motivo alegado pelo Banco do Brasil, pois é lógico que esse histórico, após todas essas catástrofes por que passamos – já referidas aqui – não pode ser dos melhores. Ou seja, tem Serasa, cartório, cheque sem fundo, etc. Isso é óbvio, no meio de todas essas catástrofes ou intempéries de clima, câmbio desfavorável e falta de crédito.

Aqui, ele levanta outro problema gravíssimo que precisamos sanar urgentemente, que é o problema das matrículas de pequenos agricultores que estavam fora do Pronaf um pouco acima de quatro módulos fiscais e participaram da Lei nº 11.775, de 2008, e que no momento já estavam fora do crédito rural, pelos alongamentos, a partir de 2003, 2004. Acontece que fazendo sucessão familiar para o Pronaf nessas matrículas, os filhos estão impedidos de



financiar pela metodologia do Banco do Brasil e por tudo mais que acima foi relatado por ele.

Portanto, é urgente que se tenha uma solução para essas demandas que acreditamos seja no âmbito nacional, mas que vêm prejudicando drasticamente os pequenos produtores, as matrículas, que reescalonaram as dívidas quando estavam fora do Pronaf. Essas pequenas áreas estão indo para a concentração da terra e renda da alta escala da produção. Temos que fazer alguma coisa urgente.

Aliás, o objetivo, meu caro Carlos Melo, é exatamente isto – é uma nota de estado de emergência: temos que criar normativas que impeçam ou mandem tirar agricultores e seus CPFs de protestos em cartórios, Serasa – o Dr. Serasa referido pelo Frei Sérgio –, o SPC e, principalmente, execuções judiciais em Municípios que estiveram ou estão em estado de emergência, com perdas de lavoura. Isso é imprescindível para continuarmos trabalhando e acessando o crédito.

Álvaro, é com você.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Vamos lá. Carlos, vejamos se eu entendi. A situação é pontual, mas, talvez, seja válida para muitos outros. Eu não entendi muito bem se, eventualmente, os filhos estariam participando já da operação original ou não. Mas vamos tentar, assim, fazer...

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ÁLVARO TOSETTO – No caso, não?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não estão.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – *(Fora do microfone.)* Eu conheço.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Ah, o senhor conhece? O Frei Sérgio ajudou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vai contar. Pode contar como é esse processo para dar um esclarecimento. Pode ser idêntico a outros do País.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Eu conheço a pessoa. É até um amigo meu, uma grande figura humana, inovador, inclusive, de produção. É quase que um cientista popular, um grande criador de tecnologia para o campo. Essa situação toda que ele relata é de um trabalhador de porte um pouquinho maior que o pequeno, mas não chega a ser médio. Aquela história dos quatro modos, vinte hectares. O cara que tem 81 hectares já não é mais agricultor familiar. Então, às vezes, há essas dificuldades. Aí como ficou com a matrícula gravada, mesmo que ele arrende para os filhos, os filhos não conseguem financiar. Mesmo que ele faça sucessão familiar, sucessão para os filhos, o histórico gravado na matrícula gera um problema para frente. Quer dizer, vai acumulando essa situação. Há muito mais situações como essa que a gente imagina...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É. Acho que o Álvaro pode...



O SR. ÁLVARO TOSETTO – Bom, vamos lá. A gente pode até avaliar o caso com mais detalhe depois. Mas assim: quando existe algum tipo de dificuldade, é evidente que a gente sempre orienta que haja uma negociação, alguma alternativa de renegociação de prazo, ou alguma coisa do tipo, mas, às vezes não é possível. De modo que para qualquer produtor que fique em uma situação de dificuldade de pagamento, sem uma negociação em curso, pode ficar um histórico de restrição. Mas não existe esse histórico de restrição na propriedade. Esse histórico de restrição é para quem desenvolveu atividade naquela propriedade. Então, aquele CPF – eu não sei se no caso do Carlos ou de quem estaria explorando essa atividade – é que vai ficar com a restrição. Não é a propriedade em si.

Agora, é provável que possa estar acontecendo o seguinte: a atividade é explorada de maneira familiar. O pai explorava a atividade e, agora, está querendo passar isso para os filhos. A atividade passaria a ser conduzida por um filho, por dois, ou seja, por outro integrante do grupo familiar. O que acontece é que não houve mudança no modelo de exploração, não houve mudança no núcleo familiar que vinha conduzindo o negócio. Pode ser que seja essa a situação, mas não existe um gravame de restrição no imóvel. Existe para o CPF de quem teve o problema. É mais uma situação que tem uma colocação formal. A gente vai olhar a situação e dar uma resposta formal, por e-mail ou pelo canal possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Veja só: vem lá de Rondônia, e não é do Senador Acir. Ele pergunta ao Álvaro por que, na região dele, em Machadinho, Rondônia, não é liberado ao agricultor o financiamento do Pronaf A, cujos juros são menores, mas há ainda a liberação do Pronaf A/S, em que os juros são mais elevados.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – É o A/C.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, mas ele botou A/S. Ele precisa de AAS, que é o remédio para dor da cabeça. (Risos.)

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Independente da letra, o mais importante não é isso evidentemente. O Pronaf tem uma série de linhas de crédito dentro do programa. Tudo está dentro do guarda-chuva do Pronaf, mas são várias linhas. Para cada tipo de situação de produtor existe um determinado tipo de linha que é mais adequado para a situação. O Pronaf A/C normalmente é uma linha em que o produtor egresso da reforma agrária passa a ter um crédito para o início das atividades do ciclo do seu dia a dia de exploração da atividade. Então, na verdade, a escolha por uma ou outra linha não é necessariamente do agente financeiro em si. É determinada pela situação do estágio de evolução – vamos dizer assim – do produtor no desenvolvimento da sua atividade.

Antigamente, havia o Pronaf C, Pronaf E, Pronaf D, havia letrinhas. Isso acabou. Hoje se chama Pronaf Agricultura Familiar e a taxa de juros é dada em função do valor que aquele produtor pega. Então, a taxa de juros é muito



mais uma condição do enquadramento dele em uma ou outra linha do que uma escolha do agente financeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está certo.

Agora, para o Guadagnin, uma pergunta que vem de São Paulo, da Marcela Oliveira Rosa. Ela quer saber qual o órgão responsável pela construção de assentamentos no Estado de São Paulo, porque, no Município de Iaras, a área já foi liberada, mas os assentamentos ainda não foram construídos. Certamente, a organização do assentamento, Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Em São Paulo, o Instituto de Terras do Governo do Estado de São Paulo atua na demarcação dessas áreas em parceria com o Incra. É preciso verificar. Talvez lá em Iaras, a própria Marcela possa buscar informações na Casa da Lavoura, na Cati, onde, seguramente, ela vai obter informações sobre como agilizar o processo de implementação desse assentamento. Lá, no próprio Município, seguramente, ela vai ter informação. Caso contrário, nós encaminharemos isso para o Incra para que se verifique a situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também para o Álvaro, vem de Pernambuco, Antonio da Silva Cavalcanti. Ele pergunta por que motivos agricultores do Estado de Pernambuco não conseguem crédito para iniciar a sua produção.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – A questão do acesso do produtor ao crédito depende da situação do produtor. Se ele já é um produtor com propriedade constituída e em desenvolvimento, ele tem que procurar ou a agência do banco ou uma empresa de assistência técnica, oficial ou não, para avaliar que tipo de crédito ele precisa. Ele precisa de um crédito para custeio, que é um crédito, vamos dizer, para fazer uma lavoura de milho, de soja, de feijão, do que quer que seja, ou ele precisa de um crédito para comprar algum tipo de despolpador, roçadeira ou algum tipo de equipamento? Então, a questão do acesso ao crédito depende da situação do produtor. As agências do banco estão à disposição para atender e orientar o pessoal no tipo de crédito que seria mais adequado para aquela situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Álvaro.

Aqui vem uma pergunta, imagino, do Pará, de Ourilândia do Norte, Rafael Ruetker. Ele pergunta qual é a situação das pessoas que residem em assentamentos em que as fazendas não foram ainda quitadas?

Guadagnin por favor, a resposta.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – O Incra tem estudado essas situações. Há uma participação forte dos movimentos sociais em relação a este assunto: emancipação dos assentamentos. É uma situação que está atual. E todos os movimentos sociais, a representação dos agricultores, têm participado do processo. Essa situação tem vários ângulos e precisa ser tratada com calma



em função das repercussões que isso significa na própria manutenção das famílias no campo. Por isso, a cautela em torno de uma política mais definitiva em relação ao assunto. Não há uma definição. Está ainda em estudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mais uma pergunta. Agora vem de Humaitá, no Estado do Amazonas, de Hilaria Bandeira. Ela pergunta – eu vou fazer, junto, também uma pergunta do Senador Acir Gurgacz, porque também diz respeito ao mesmo tema, que é a questão ambiental. Como ficará a situação dos agricultores do Município de Humaitá, no Amazonas, que não conseguiram vender a soja e estão endividados? Segundo ela, os consumidores não compram por acreditarem que foi feito desmatamento na Floresta Amazônica para as plantações. Informa que as terras foram adquiridas legalmente, com escritura pública e com áreas preservadas.

E o Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente, pergunta: Existem negociações do Ministério do Desenvolvimento Agrário em andamento para facilitar o processo de licenciamento ambiental dos pequenos produtores rurais de Rondônia, que sofrem especialmente com a falta de orientação e pela rigorosa, às vezes abusiva, fiscalização do Ibama? Por conta disso, muitos agricultores não conseguem o financiamento do Pronaf.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sobre a situação da soja de Humaitá, realmente foge um pouco à minha alçada, à alçada do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É um caso que eu vou, infelizmente, ficar devendo. Eu não tenho informação sobre isso e sobre como agir nessa situação. Talvez o Ministério do Meio Ambiente ou o Ministério da Agricultura possa ser consultado para encontrar uma solução para o caso.

Licenciamento ambiental. Há um esforço muito grande do MDA no sentido de auxiliar os agricultores familiares na questão do licenciamento. Um esforço que temos feito é formando parcerias com serviços de assistência técnica e extensão rural. Já temos em alguns Estados em que o extensionista faz o trabalho para o órgão ambiental. Porque, realmente, a situação dos órgãos ambientais na maior parte dos Estados está muito aquém do necessário para o atendimento da quantidade imensa de agricultores familiares, de agricultores em geral, que temos no País.

Então, uma recomendação para o Senador, que conhece muito bem o Estado, é de que se articule com o Governo Estadual, com a Emater do Estado de Rondônia no sentido de que o próprio extensionista seja a pessoa que faça a orientação, o encaminhamento e os procedimentos para o licenciamento ambiental dos agricultores familiares daquele Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Guadagnin.

Agora vou levantar uma questão na qual eu gostaria de compartilhar com todos da Mesa, não por eu ter sido a autora, mas porque desejo fazer um resgate: trata-se de um projeto de lei do Senado, de iniciativa



da Senadora Serys Slhessarenko, que permite às cooperativas de crédito, à Sicredi, à Cresol e outras, terem acesso ao dinheiro do FAT, que é o Fundo de Amparo do Trabalhador, que é mais barato, para repassarem aos agricultores familiares e aos agricultores, de um modo geral, via cooperativas de crédito.

Como a gente viu aqui – o Álvaro apresentou bem –, o Banco do Brasil concentra, hoje, o maior volume de crédito. Por que acontece isso? Essa concentração me parece que não é um gargalo para a disseminação, já que temos essas instituições... Aqui, num depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos, diretores do Banco Central viram com muito bons olhos, porque hoje as cooperativas de crédito são muito bem fiscalizadas e têm uma atuação extremamente rigorosa nos contratos, na avaliação, na concessão do crédito. Elas estão próximas do agricultor e, inclusive, eu imagino, dão uma assistência técnica e uma observação rigorosa no zoneamento agroclimático.

Então, eu queria saber do Álvaro se o Banco do Brasil, como instituição que concentra o crédito, não vê ou não tem restrições à ampliação desse aspecto que tornaria um crédito ainda mais barato para os pequenos agricultores.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Não, não tem, da parte do Banco, nenhum tipo de restrição quanto a isso. Pelo contrário, a gente tem buscado sempre ampliar parceria com as cooperativas, cooperativas de crédito. A gente já tem um bom relacionamento com as cooperativas de crédito. Então, de nossa parte não tem nenhum problema quanto a elas acessarem qualquer tipo de recurso. Não tem nenhuma restrição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Guadagnin, algum comentário sobre...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Eu falo aqui também como conselheiro representando o MDA no Conselho do FAT. Então, eu conheço razoavelmente o tema. É uma demanda antiga, especialmente do Bancoob e do Bansicredi, que são bancos muito bem organizados, bancos cooperativos e que tiveram, no seu início, o apoio muito forte, inclusive, do Banco do Brasil, para seu crescimento. Hoje estão consolidados.

Hoje, o Bansicredi provavelmente vai significar, daqui a pouco, o quarto banco em termos de volume de recursos para a agricultura. Hoje, ele deve estar como quinto do *ranking*. O primeiro é o Banco do Brasil e o Bansicredi, em seguida, deve ser o quarto. Então, eles vêm crescendo, e é importante que cresçam.

Agora, hoje, recursos do FAT – eu acho que várias pessoas leram as manchetes recentes de vários jornais de circulação nacional –, o FAT está com recursos esgotados. Os tais depósitos especiais do FAT já são muito pequenos e a previsão é de que para 2012 não tenhamos recursos do FAT para crédito rural. Acho que é uma medida salutar, necessária, e que, seguramente, essa situação momentânea que vive o FAT é passageira. Sessenta por cento



dos recursos que o FAT arrecada são depósitos ditos constitucionais vão para o BNDES, para os financiamentos que o BNDES patrocina, e os outros 40% pagam principalmente o seguro-desemprego, o programa de capacitação e, eventualmente, servem para os programas de crédito. Então, o volume de recursos hoje não chega a ser expressivo.

Agora, o que o Governo implementou recentemente em apoio às cooperativas de crédito? Primeiro, abriu-se a poupança rural. Hoje, as cooperativas podem utilizar-se desse instrumento, captar recursos através da poupança e aplicar no crédito rural. É verdade que o recurso do FAT é um pouquinho mais barato. Não é muita coisa, não, um por cento ao ano ou algo assim.

O maior financiador, hoje, do crédito rural equalizado – é disso que estamos tratando – é a poupança rural. A presença do FAT... O FAT tem, nós temos, hoje, no Pronaf, desses 16 bilhões que temos hoje de recursos disponíveis aos agricultores familiares, dessa safra, 1,4 bilhão é do FAT. Boa parte deles é de recurso especial, 300 milhões, e 1,1 bilhão são de depósitos do FAT constitucional, dinheiro do BNDES.

Então, o tamanho do FAT depósito especial no Pronaf, em 16 bilhões, é só de 300 milhões, uma parcela pequena.

Há outra situação que nós abrimos para as cooperativas de crédito e para todos os agentes financeiros, cooperativas, bancos cooperativos é a possibilidade de utilizarem o que nós chamamos de subexigibilidade para o Pronaf.

Dez por cento da exigibilidade bancária, que deve ser aplicada no Pronaf, 25% dos depósitos à vista devem ser aplicados no crédito rural. Isso significa, hoje, aproximadamente, R\$45 bilhões. Dez por cento disso têm que ser aplicado no Pronaf.

Como as taxas de juros do Pronaf são mais baixas, esses 4,5 ou 4,6 bilhões significam, lá na ponta, cerca de 2,2 bilhões. Então, quem irriga, hoje, o Bansicredi, o Bancoob e boa parte das Cooperativas Cresol e das cooperativas dos agricultores familiares são recursos da exigibilidade bancária, que não tem custo para o Governo e são uma fonte importante de financiamento para a agricultura familiar.

Então, estou argumentando que há que mudar a Lei do FAT, o que não é uma tarefa fácil, porque o Fundo de Amparo ao Trabalhador é um fundo dos trabalhadores, então temos que encontrar mecanismos de preservá-lo, o que, seguramente, é uma tarefa grande que a senhora terá daqui em diante, mas também existem outros espaços que as cooperativas e os bancos cooperativos têm perseguido, junto com o Governo, e ser ampliado o recurso para a concessão de crédito de forma ágil e até, de certa forma, mais barata do que o próprio FAT. É mais barata que a poupança e a exigibilidade bancária não custa nada para o Governo.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora eu queria um comentário do Airtton e também do Frei Sérgio sobre essa questão.

O SR. AIRTON JOSÉ HOCHSCHEID – Primeiramente, parabenizar V. Exª, Senadora, por retomar este assunto na Casa, até porque as cooperativas de crédito muitas vezes estão presentes naqueles municípios onde o Banco do Brasil e outras agências não estão. Então, o fato de a Região Sul, de o Rio Grande do Sul ter uma grande participação se deve também às cooperativas de crédito que atuam lá nos Municípios.

Só para trazer um dado aqui: um dos grandes problemas que a gente tem enfrentado, uma vez que as cooperativas não podem acessar os recursos do FAT, é que toda vez que há uma resolução de prorrogação, como o Banrisul e as cooperativas de crédito, no caso do investimento, operam com recursos do BNDES, precisa a normatização disso via BNDES também, e isso tem demorado muitas vezes. E o produtor vem nos questionar: “Por que no Banco do Brasil eu posso prorrogar minha dívida e na cooperativa eu não posso?” Isso tem causado muito problema entre as próprias agências e os produtores em nossos Municípios.

Então, quero parabenizar a senhora por ter tomado esse assunto no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – É muito salutar, muito salutar. Eu já concordava... Antes, contava com a Senadora Serys – é bom que a senhora tenha retomado este tema –, por uma outra razão também. V. Exª imagina: nós estamos aqui com 800 mil contratos que o Banco do Brasil está fazendo já com dificuldade de funcionários suficientes para isso tudo, não é, Álvaro? Nós temos que ampliar isso. Temos que ampliar para mais. Nós não vamos descansar até chegarmos com crédito, com apoio creditício do Estado Brasileiro das 4,3 milhões propriedades. O IBGE trabalha com o conceito de estabelecimento. Certamente, são muito mais famílias, porque estabelecimento sem família não existe, mas com mais de uma família eu conheço vários. Então, se eu somar as famílias agricultoras, as famílias camponesas, é muito mais que 4,3 milhões. E se estamos atendendo 800 mil hoje, com mais o que o Banco do Brasil atende, com mais o que os outros atendem, nós estamos chegando no máximo a um milhão. Portanto, estamos chegando a 25% das famílias hoje. E só com a rede Banco do Brasil, por mais esforço que eles façam, por mais trabalho e profissionalismo deles, que eu tenho elogiado, nós precisamos diversificar as formas de acesso.

Então, sem dúvida, se há que se fazer alternativas no FAT, se não vai haver recursos que chegam, mas o que a gente percebe, Senadora, é que os recursos que chegam lá são do FAT e têm que fazer a volta pelo Rio de Janeiro.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – E fica mais caro também.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Então, é salutar e tem o nosso apoio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria até lembrar ao Airtton, que levantou a questão do repassador, do agente repassador, que já houve emendas ao projeto do Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, no sentido também de incluir também o BRDE e Banrisul na operação desses créditos destinados à agricultura.

Agora, vêm perguntas interessantes. Estou aqui impressionada, porque a gente, realmente, pela TV Senado, consegue disseminar, o Sérgio, o Airtton também.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – As parabólicas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – As parabólicas. É verdade.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – É preciso que o Ibope meça pelas parabólicas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tudo isso aqui vem de vários lugares do País. Isso é muito bom, elas participam, as pessoas estão interessadas.

Da cidade de Boa Vista, Roraima, e aí a pergunta: se o Pronaf poderia financiar o cultivo de camarão em cativeiro e qual o limite máximo da verba a ser destinada pelo financiamento para produção em espelhos d'água.

Eu acho que a Ministra Ideli Salvatti esteve aqui na Comissão nessa semana tratando desse assunto. É uma pergunta aqui para o Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – São R\$130 milhões, dez anos para pagar, até três anos de carência. Cento e trinta mil, perdão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Frei Sérgio já queria produzir camarão.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Os piscicultores ou aquicultores têm financiamento de até R\$130 mil, com juros de 2% ao ano, dez anos de prazo até três anos de carência. E, no Brasil, nós temos vários desses financiamentos, conforme o Álvaro citou. Nós realizamos cerca de 175 mil contratos de investimento por ano no Pronaf, alguns deles para produção de camarão.

O que falta para que a produção seja mais estimulada, pois é uma atividade rentável, são técnicos especializados no assunto. Boa parte dos que têm condições de produzir não tem acesso à informação, orientação técnica, acompanhamento. Com isso, tem dificuldade em elaborar um bom projeto e de aprovar o projeto nos agentes financeiros. Essa é o principal entrave para o desenvolvimento, e o Ministério da Pesca, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem feito importantes avanços no sentido de ampliar esse crédito.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom, não é propriamente, mas, como se falou em financiamento, eu vou encaminhar ao Álvaro. Essa pergunta vem de Riachuelo, do Ceará. Aliás, não é Ceará, não. É Sergipe, Estado de Sergipe. Gileno José de Barros. Obrigada, Gileno. A cidade é Riachuelo, e o Estado é Sergipe. Ele pergunta se o índice de inadimplência do Pronaf na região Nordeste, se essa inadimplência não é favorecida pela facilidade que se tem para se obter o financiamento.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – A inadimplência no Nordeste é um pouco maior. Realmente, o Guadagnin já havia mencionado isso anteriormente. E a gente tem, na Região Nordeste, a atuação não só do Banco do Brasil, Banco do Nordeste também. Por isso, é importante a gente mencionar essa questão da assistência técnica, porque não basta você ter um seguro em caso de intempérie, de seca, no caso principalmente ou de uma proteção de preço, se você não tiver uma orientação para o produtor de como ele deve proceder no uso, no manejo, na condução do negócio dele.

Então, muitas vezes, o crédito acaba acontecendo em cima de uma informação de uma DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, os dados são utilizados, mas não há como fazer-se uma assistência técnica individualizada em cada um desses produtores. E, aí, sem uma orientação adequada, ele acaba não conseguindo conduzir o empreendimento de maneira devida. Então, efetivamente, talvez boa parte dessa inadimplência maior que aconteça no Nordeste se deva pela inexistência de uma assistência técnica mais efetiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Álvaro.

Agora, uma pergunta também de um telespectador da cidade de Santos, em São Paulo, Waldomiro Trento. Encaminho ao nosso Guadagnin, porque ele pergunta aqui: o Instituto Volta ao Campo, sediado em Uberlândia, Minas Gerais, fez um extraordinário programa para agricultura familiar. Ali se desenvolveram as primeiras pesquisas sobre o biodiesel. Nesse sentido, ele pergunta se é possível dar continuidade a esse programa de biodiesel.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – O programa continua e até tem metas ambiciosas. Hoje 5% do diesel consumido no Brasil é de biodiesel. Há um espaço imenso para crescimento. Uma das dificuldades que temos também é de que nem sempre a informação, a assessoria chega de fato aos agricultores familiares, especialmente os nordestinos, que produzem à base de mamona, especialmente. Então, o programa avança.

Há possibilidade de o Instituto Volta ao Campo entrar em contato conosco. Nós seguramente daremos resposta. Há uma diretoria na Secretaria de Agricultura Familiar que é a Diretoria de Agregação de Valor, que cuida de bioiesel, e o nosso diretor, o Arnaldo, seguramente vai fazer o apoio, a orientação para essa demanda.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, para o Álvaro de novo. Do Senador Acir Gurgacz.

Obrigada, Senador, por ter deixado essas questões tão relevantes, porque assim a gente atende as demandas do Brasil inteiro para não parecer que uma Senadora do Rio Grande do Sul está cuidando apenas do seu Estado. É o dever do mandato que tive. Os Senadores representam os seus respectivos Estados. Por isso, condicionalmente, cada Estado tem exatamente três Senadores. Há uma igualdade na representação federativa.

Mas faço, com muito prazer, o questionamento do nosso Senador Acir Gurgacz: Muitos agricultores do meu Estado de Rondônia – Estado do Senador – reclamam do atendimento deficiente nas agências bancárias que operam o Pronaf, principalmente nas agências do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil. Eles reclamam da confusão na hora do enquadramento nas categorias do Pronaf, que, segundo ele, são inadequadas; da morosidade da tramitação dos projetos após entrada nos bancos; da dificuldade de obter informações sobre o andamento dos projetos; e, enfim, da liberação dos recursos. Além disso, algumas agências do interior do Estado simplesmente fecharam, como a agência do banco em Cujubim. Gostaria de saber como os agentes financeiros estão se organizando para atender a crescente demanda dos agricultores em Rondônia e em toda a Região Norte. Existem projeções de implantação de agências, de convênios com prefeituras ou correspondentes bancários bem como na ampliação da destinação dos recursos para a Região Norte?

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Obrigado, Senadora. Com relação a agências, o que o banco vem procurando fazer é um modelo de agência complementar que vai viabilizar a cobertura de agências num volume maior de municípios, pequenos municípios. Então, o banco está desenvolvendo um modelo de agência complementar que vai buscar justamente ter uma presença maior nesses municípios de menor tamanho, que consiga justificar a colocação de uma agência nesses municípios.

Com relação também à questão de atendimento, o banco vem procurando fazer uma mudança interna bastante relevante em termos de treinamento de funcionários e de uma redistribuição com foco cada vez maior na qualidade de atendimento e na visão de cliente. Então, já existe um movimento bastante forte no banco de se buscar ampliar a capacidade de atendimento e o treinamento dos funcionários.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

A pergunta, vamos lá para o nosso Guadagnin, vem do Rio de Janeiro: da própria cidade do Rio de Janeiro, o Cleiton Santana dos Santos. Obrigada, Cleiton, por participar do programa, desta nossa audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesta tarde de sexta feira. Ele



pergunta por que motivo atualmente mais da metade das importações agrícolas brasileiras provém dos países platinos, como a Argentina, e por que cerca de 27% das exportações argentinas em 95 eram destinadas ao Brasil?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – É mais ou menos fácil de entender. Nós estamos na América Latina, temos inclusive um acordo bastante eficiente, eficaz, antigo, que é o acordo do Mercosul, e é natural que o Brasil, por ser o maior País da América Latina, tenha relações com todos os países. Entendo que deveríamos ampliar essa parceria, essa troca. A Argentina é uma grande produtora de alimentos. Uma parte dos alimentos que a Argentina produz é consumida por brasileiros, nós importamos esses alimentos, e, ao mesmo tempo, parte dos produtos que o Brasil produz, especialmente da indústria, são exportados para a Argentina.

Então, é uma troca comercial que, em alguns momentos, agora mesmo está sob tensão, há desavenças em termos da forma com que a Argentina cerceou a entrada de produtos brasileiros lá, e o Governo brasileiro, corretamente, adotou uma atitude no sentido de dificultar a entrada de automóveis produzidos não só pela Argentina, mas também por outros países. A defesa dos interesses nacionais tem de ser sempre preponderante em relação aos demais. Agora, não dá para esquecer que nós somos irmãos, que somos países amigos, vizinhos e que devemos nos fortalecer mutuamente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De novo também, para o MDA, muitos agricultores – essa pergunta é da Confederação Nacional da Agricultura – estão ficando fora do Pronaf por terem mais de dois empregados permanentes, embora atendam aos outros critérios para o enquadramento no programa.

O Governo pensa em rever esse critério para o enquadramento, o que incorporaria mais agricultores familiares e geraria mais emprego?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Essa é uma discussão bastante antiga e presente. Temos discutido com todos os movimentos sociais, inclusive com a CNA, a situação de mudança da Lei da Agricultura Familiar. A Lei da Agricultura Familiar, que foi uma conquista dos agricultores familiares, foi construída a partir da negociação com todos os interessados. A mudança desse critério, a ampliação do número de empregados, passa por uma discussão larga, inclusive tem rebatimento em outras legislações, que regulam, por exemplo, a Previdência Social Rural, e tem outros impactos nisso. Uma modificação dessa só será feita a partir de uma ampla discussão com todos os interessados. No momento, não há nenhuma perspectiva no sentido de alterar esse número. Quer dizer, não há espaço para que modifiquemos a quantidade de empregados permanentes da agricultura familiar. Por quê? Porque o Pronaf, além de juros baixos, oferece seguro e um programa de garantia de preços, de que eu falei há pouco. No total, o gasto do Governo Federal com esses agricultores familiares é muito expressivo, aproxima-se de R\$1,9 bilhão a R\$2 bilhões por ano.



Incluindo mais agricultores, não tenho dúvida de que são agricultores familiares, que são produtivos e tal, nós seguramente aumentaríamos bastante o gasto. As nossas políticas sempre foram no sentido de direcionar os benefícios aos mais pobres. Em tese, quem tem mais empregados aproveita-se um pouco da mais valia, do rendimento do trabalho dos demais, tem condições de pagar um juro mais alto e de buscar seguro, por exemplo, e garantia de preço nos outros mecanismos e não esses estabelecidos para os agricultores familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De novo aqui. Essa vem de Inaciolândia, de Goiás. Sebastião Ribeiro de Souza pergunta: Por que a Gleba São Vicente, área do Incra, no Município de Confresa, no Mato Grosso do Sul, não recebe recurso do Pronaf?

Tem uma outra pergunta que acrescento e que se refere ao tema que todos aqui abordaram, que é a falta de assistência técnica para a agricultura familiar. Então, essa pergunta vem de João Pessoa, Paraíba, de Enílton Cunha da Silva: Por que não existem linhas de financiamento a profissionais da área, como técnicos, engenheiros agrônomos e outros – seriam, certamente, veterinários, para quem lida com criação de porcos ou de aves – e não só para produtores?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Primeiro, a situação dos assentamentos brasileiros. Uma grande parte dos assentamentos, e o Senador Acir há pouco se referiu a isso, ainda não tem licenciamento ambiental. Como a maior parte dos assentamentos é feita em áreas onde já ocorreu uma degradação, um desmatamento, a recuperação desse passivo ambiental tem que ser feita por quem é proprietário da terra – no caso de terras da reforma agrária, é o Governo –, e isso exige um investimento alto, porque nós trabalhamos quase sempre – essa é a norma da reforma agrária – com áreas que hoje são improdutivas. Então, adequá-las à legislação ambiental é uma necessidade, por isso a demora da concessão de crédito.

A outra situação é que os assentados só podem receber crédito depois que as áreas estiverem demarcadas, os lotes definidos, a habitação construída, a existência de assistência técnica e a concessão dos créditos de instalação, que são créditos que o Incra concede. Então, existe o que chamamos de demanda qualificada. Só depois que essa demanda qualificada está satisfeita e atendida é que se pode dar o crédito do grupo A da estruturação produtiva dos assentados.

Sobre a situação que o Enílton levanta. Por favor, Senadora, dê-me uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da regulamentação de uma pessoa...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Ah, sim. O engenheiro agrônomo, o técnico agrícola, o concluinte de uma casa-família agrícola,



qualquer uma dessas pessoas, quando desejam se estabelecer como agricultores têm possibilidade de ter crédito. O que é preciso entender é que a agricultura se faz na terra. Então, uma primeira condição para que qualquer banco financie é a de que exista pelo menos um contrato de arrendamento ou um contrato de cessão da área, ou de meação, de parceria, enfim, há que se definir ou se possível a existência da propriedade. A outra condição é que o técnico, quando se instala, precisa ter cadastro no agente financeiro. Uma parte dos recém-concluintes desses cursos que citei nem sempre está ainda cadastrado no banco, não é um cliente de crédito rural. Então, buscar informação junto a agente financeiro, logo depois de ter a terra e de ter os bens de produção, é uma necessidade e não há impedimento nenhum. Aliás, a legislação do crédito rural até favorece os técnicos que desejam se estabelecer como agricultores. Há espaço para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Guadagnin, eu te agradeço muito. Agora, quero fazer duas perguntas também para o Guadagnin. A gente já está chegando aos trinta minutos finais deste debate e eu queria, então, aproveitar, porque a participação dos nossos telespectadores é muito importante para o Senado Federal, para esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

De Ji-Paraná, em Rondônia, Luiz Carlos Matana pergunta o seguinte: Qual é a melhor forma de conseguir financiamento de uma área 100% averbada, sendo que a área só tem mata e não pode ser desmatada. Coitado, ele está num mato sem cachorro, pelo jeito.

José Roberto Livinsk. Ele é da cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Agradeço a você, José Roberto, o Senado e esta Comissão agradecem. Ele pergunta: De que forma os quatro módulos de área, assunto tratado no projeto que dispõe sobre a reforma do Código Florestal, irá interferir na agricultura familiar.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Bom, os dois casos são parecidos. Primeiro, para agricultores que têm áreas de florestas em que há possibilidade de extrair produtos não madeireiros, como frutas, enfim aproveitamento das essências nativas que estão naquela área, há financiamento. Nós temos um específico que inclusive não tem risco para o agente financeiro – então é mais fácil de ser obtido –, que é o Pronaf Floresta. Para a Região Norte, tem até R\$20 mil por operação, em que o agricultor pode fazer o adensamento, por exemplo, do açaí, a melhoria do cupuaçu, da castanha, o plantio de essências nativas, para que ele possa explorar melhor aquela área. Seguramente, ele vai precisar de uma orientação técnica mais especializada e de um diálogo um pouco mais demorado com o agente financeiro. Tudo aquilo que foge ao normal e o banco esteja acostumado a fazer, no dia a dia, exige que o gerente, ou o funcionário que cuida do Pronaf, seja



informado sobre o que é aquilo. Então, um bom diálogo vai facilitar o acesso ao crédito.

A outra é a questão do novo Código Florestal. Há uma posição que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem defendendo junto aos movimentos sociais que o Código Florestal contemple a realidade da agricultura familiar.

Nós entendemos que essa é uma situação de direito dos agricultores familiares por tudo o que se falou hoje à tarde, aqui. Então, um tratamento distinto para os agricultores familiares, aqueles que preenchem aquela condição da lei da agricultura familiar tem o apoio do MDA e vai impactar bastante, porque mesmo os agricultores familiares terão que se adequar à legislação.

As áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal terão que ser atendidas também pelos agricultores familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Novamente vem uma pergunta de uma agricultora da cidade de Perdizes, no Estado de Minas Gerais, a Ana Maria Martins. Ela pergunta o seguinte: o que pode ser feito em favor da Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Bom Sucesso II, no Município de Perdizes, Minas Gerais? Segundo ela, não há lá recursos para a compra de tratores.

E acrescento mais uma, porque quero dar a palavra para todos. Essa é do Senador Acir Gurgacz. É a última pergunta que ele deixou para a gente apresentar aos expositores: “Produtores de café da agricultura familiar e de leite vivem uma situação semelhante de dependência de atravessadores para vender a sua produção. Isso ocorre por falta de uma organização da cadeia produtiva que favoreça o agricultor familiar. Com isso o preço é ditado pelos laticínios e pelos atravessadores do café e os agricultores não conseguem progredir, limitando a produção e o desenvolvimento econômico do seu Estado.

Quais as políticas governamentais para que os pequenos produtores rurais possam se organizar em cooperativas e associações e ter mais acesso ao crédito para custeio e ampliação da produção?”

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Ana, a associação de agricultores tem facilidade de acesso através do crédito coletivo. Isso é permitido no Pronaf. Há que ver a situação dos agricultores. Só o agricultor adimplente é que acessa crédito. Então é preciso verificar o caso específico dessa associação de Perdizes, qual é a situação desses agricultores. Um diálogo com a assistência técnica, com a Emater Minas vai ajudar e, seguramente, um diálogo com o agente financeiro também vai ajudar.

Mas há espaço para que os agricultores organizados comprem coletivamente máquinas. Nós só entendemos que isso é produtivo quando esse diálogo, essa decisão é madura. Os agricultores que decidem contratar qualquer bem de forma coletiva precisam estar muito conscientes das responsabilidades. O índice de inadimplência entre os créditos coletivos é maior do que o dos



créditos individuais, porque se, eventualmente, alguém deseja sair da atividade ou não pode pagar compromete os demais. Então precisa ser um processo bem discutido, bastante amadurecido entre os agricultores.

A questão do café, do leite e de todas as cadeias, que o Senador Acir levanta, estão desestruturadas. E a primeira condição é o agricultor ser orientado, assistido. A assistência técnica não é só da porteira para dentro. Há que ter assistência técnica para a comercialização, para o acesso ao programa de aquisição de alimentos, para o programa de garantia de preços mínimos, para o programa de alimentação escolar. Leite, por exemplo, pode ser um produto, desde que industrializado. Os subprodutos do leite podem e devem fazer parte da merenda escolar. Agora, para isso tudo é preciso ter alguém que organize os agricultores, que informe, que estabeleça as condições para que eles decidam e que trabalhe comprometido com os agricultores.

Um dos problemas importantes da assistência técnica e extensão rural, que nós entendemos que tem que ser implementada o mais rápido possível, esta Casa pode debater o tema, é a questão do mérito.

A remuneração do serviço de assistência técnica e extensão rural deve ser feita em função de um planejamento com a família ou com as famílias numa área geográfica definida, uma microbacia ou algo assim, e, a partir do atingimento das metas de melhoria do solo, de aumento da renda, de diversificação produtiva, de adimplência, o técnico tem que ser remunerado.

Da forma como trabalhamos hoje, o técnico trabalha com muito zelo, com muita dedicação, mas é avaliado pelo esforço que faz, e não pelo resultado que as famílias obtêm. O nosso entendimento é de que o que tem que ser avaliado é o quanto a vida da família melhorou. Qual era o compromisso do técnico com o projeto da família e, se aquilo foi atingido, ele precisa ter o reconhecimento disso.

Eu sei que é uma questão complicada, mas a nossa Presidenta Dilma, esta semana, se referiu a isto: é preciso estabelecer para o serviço público a meritocracia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria, antes de sair, porque recebi um bilhete do Frei Sérgio – terei que sair antes do tempo, porque a Gol não espera –, que o senhor aqui presente recebesse os nossos agradecimentos, Frei Sérgio, que representou aqui o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Via Campesina. E a gente entende: hoje é sexta-feira. Os problemas de tráfego em Brasília são como os das grandes cidades. Eu queria, então, agradecer ao senhor e lhe dar a palavra para fazer o seu registro. Continuarei aqui com as perguntas que estamos recebendo. Também o Airton está com o mesmo problema. Airton, que representa a Fetag e a Contag. Podem fazer os seus comentários finais.

O SR. SÉRGIO GÖRGEN – Antes de tudo, Senadora Ana Amélia, o meu muito obrigado pela oportunidade à senhora e ao Senado, esta



oportunidade de fazer esse debate tão importante, expor os nossos argumentos e os nossos dramas, que não são pessoais, meus e do Airtton, são de uma infinidade, um número muito grande de pequenos agricultores do País inteiro.

Estou aqui representando um movimento social que, na verdade, envolve quatro grandes movimentos sociais: o MST, o MPA, o MAB e o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

Esta oportunidade foi muito importante e esperamos que nos próximos dias a gente consiga levar ao Governo – e a sua atuação como Senadora vai nos ajudar – para encontrar a solução de um pequeno problema diante de um grande projeto que todos nós estamos construindo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós estamos nessa causa, Frei Sérgio.

Muito obrigada ao senhor e boa viagem!

Airtton.

O SR. AIRTON JOSÉ HOCHSCHEID – Da mesma forma, agradecer a oportunidade de discutir aqui no Senado um assunto tão importante e vital para a agricultura familiar, sobretudo a agricultura familiar do Estado do Rio Grande do Sul. Agradecer também a oportunidade de discutir com os demais debatedores da Mesa esse assunto. Certamente o assunto não se encerra por aqui. Vamos discuti-lo nos próximos dias, ainda durante a realização do Grito da Terra Brasil, juntamente com o MDA e outros ministérios que têm a ver com a agricultura familiar.

Mais uma vez, agradecer esta oportunidade e dizer que estamos aqui antevendo um problema, e tentando achar uma solução antes que essa bolha se instale ou exploda.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Airtton.

Como disse o Frei Sérgio, o governo inteligente é aquele que se prepara antecipadamente a um problema. Na verdade há uma grande bomba afetando especialmente a agricultura familiar, que tanta contribuição tem dado para a economia brasileira e nas questões também da inclusão social.

Muito obrigada a vocês pela colaboração e boa viagem!

Agora vamos continuar. Queria voltar às perguntas que recebemos relativas à participação dos nossos telespectadores.

Aqui vem uma pergunta da Célia Ferreira. Ela é de Nova Ibiratã, do Mato Grosso. Ela está perguntando, através da Internet, por que o Pronaf cobra R\$1.500,00 para a assistência, sendo que os agricultores não usufruem dessa assistência?

É para você, Guadagnin.



O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Esse é o problema. Eu insisto que nós temos que encontrar um novo mecanismo de remuneração dos assistentes técnicos, do orientador técnico dos agricultores. Esse modelo... E eu sou extensionista rural da Emater do Rio Grande do Sul, já tenho 37 anos de serviço na extensão rural e sei como é.

A gente faz um esforço danado, os extensionistas são muito dedicados, mas o critério de medição do nosso resultado ainda é o esforço que o extensionista faz. Nós temos que começar a medir o resultado em termos de melhoria da renda, da adequação ambiental da propriedade e do acesso às políticas públicas.

Esses R\$1.500,00 a que ela se refere estão no Grupo A do Pronaf. Quando o agricultor assentado contrata um crédito, ele recebe junto a assistência técnica. O Governo paga a assistência técnica. Para quatro anos de assistência técnica se pagam R\$1.500,00.

É muito baixo o valor, é muito pequeno esse valor. O custo atual da assistência técnica para uma família está entre R\$800,00 e R\$1.200,00 por família/ano. Então, o que nós estamos pagando dá para um ano e meio de assistência técnica, e não para quatro anos.

Esse é um assunto que nós precisamos discutir. A área econômica tem sensibilidade para o tema e há uma lei que foi aprovada nesta Casa inclusive, chamada Lei da Terra, que estabelece uma forma diferenciada para a contratação do serviço de assistência técnica, uma ação que foi aprovada no ano passado, em 10 de janeiro de 2010, que está sendo implementada este ano. É contratação do serviço de assistência técnica pela qualidade. Isso vai permitir que mudemos o patamar que temos hoje de assistência técnica no País. Mas, realmente, remunerar assistência técnica como um componente do crédito não se tem mostrado uma medida eficaz. Reconhecemos que precisamos revisar essa ação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom, já que você falou no Rio Grande do Sul – você é de lá –, a pergunta vem de Porto Alegre, do Henrique Pompeu Maias. Ele pergunta por que cada Estado recebe valores diferenciados provindos do Pronaf?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Nós temos uma dotação anual de R\$ 16 bilhões nesta safra que está em curso. A demanda é fruto da relação que os agricultores têm com a atividade econômica, com a produção agrícola, e com os agentes financeiros.

Quem me antecedeu, especialmente o Ailton e o Frei Sérgio falaram da realidade do Rio Grande do Sul, que é uma realidade distinta do resto do Brasil. Afora agricultores bastante preparados e informados, com uma boa assistência técnica, há um grupo de agentes financeiros importantes atuando lá. É o Estado em que há o maior número de agentes financeiros atuando. Isso favorece. Toda vez que, por exemplo, um dos agentes financeiros



eventualmente não trata bem o agricultor, ele pode buscar outro agente financeiro, ele tem opção. Ele, inclusive, pode buscar um agente financeiro que é dele mesmo, que é a cooperativa, o Bansicredi ou a Cresol. Enfim, ele tem alternativas para acesso às políticas, especialmente as de crédito.

E não há uma distinção de recursos. Na verdade, quando anunciamos o recurso para o País, os tomadores de crédito do Rio Grande do Sul se apropriam, por terem essas condições favorecidas, pela expertise, pela experiência, pelo conhecimento e pela boa relação com os agentes financeiros.

Os gaúchos pagam. É preciso entender por que no Rio Grande do Sul temos quase 25% do volume de créditos do Pronaf. É uma realidade também para o crédito a agricultura patronal. O Rio Grande do Sul é um grande tomador de crédito e é um dos Estados em que há a melhor relação entre o produtor e os agentes financeiros, é a melhor do País. É uma relação madura. Tanto os bancos e as agências dos bancos do Rio Grande do Sul entendem os agricultores, quanto os agricultores entendem as regras bancárias. Quer dizer, há um relacionamento recíproco de respeito, de entreaajuda, de construção de soluções. Por isso, o Rio Grande do Sul avança mais no crédito rural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há uma outra pergunta de Pontalina, em Goiás. A Maria Divina pergunta: por que é necessário efetuar o pagamento de três parcelas para que a família que já está cadastrada no Pronaf tenha direito ao Pronaf Mulher?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Pronaf Mulher é um termo muito atual. Hoje, passamos a manhã inteira reunidos no Ministério da Fazenda, o Dr. Gilson e a equipe, que todos conhecem, tratando desse e de outros temas, mas especialmente do Pronaf Mulher.

O Pronaf Mulher, na forma como ele é concedido, ele é sem risco bancário para a mulher do Grupo “A”, do Grupo “A/C” e do Grupo “B”. Como são créditos da União, da sociedade brasileira, o Ministério da Fazenda entende, e sempre entendeu, que tem que haver algumas regras, algumas normas para acesso ao crédito. É possível que esse seja um dos anúncios para o próximo Plano Safra. É um dos temas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É muito importante. Estamos suscitando...

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ...uma facilitação, uma melhoria, uma desburocratização no processo de acesso das mulheres ao crédito rural. Estamos construindo essa política. Há questão de oito anos, um pouco mais, dez anos, não existia nenhuma regra para crédito rural do Pronaf para as mulheres.

Hoje temos, por exemplo, na Região Nordeste, do Banco do Nordeste, especialmente, 47% dos financiamentos do Pronaf são concedidos às mulheres. Um detalhe: as mulheres do Nordeste e do Brasil, quando tomam o crédito, têm uma inadimplência média mais baixa do que a inadimplência média



geral do crédito. Isso significa dizer que dar crédito à mulher é produtivo, é melhor inclusive para o agente financeiro. Em geral, elas honram mais os seus compromissos. Mas, nesse caso específico, há uma dificuldade, porque o crédito é da União e o zelo que o Ministério da Fazenda estabelece procede, porque, quando o crédito é sem risco, há uma facilidade de acesso e, em algumas situações, a inadimplência ultrapassa a média. Por isso, a preocupação do Ministério da Fazenda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, vou passar as perguntas para o Álvaro. Estamos chegando aos minutos finais e esta pergunta, Álvaro, vem de Adamantina, São Paulo, do Hamilton Antônio Bassan, que pergunta: Por que, como em seu caso, o Banco do Brasil nega o Pronaf, a securitização e, por causa disso, as propriedades rurais entram em processo de leilão?

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Como procuramos demonstrar aqui, não há nenhum preconceito em relação a nenhum tipo de produtor, a nenhuma classe de produtor, tamanho de produtor, no âmbito do banco. Tanto é que os números demonstram uma quantidade de operações próxima de um milhão por ano.

Acontece que existem regras para que esse produtor se habilite a ter acesso ao crédito e, no caso específico, não conseguimos identificar o que poderia estar causando essa dificuldade de acesso.

De maneira geral, a orientação ao produtor é a de que ele busque a empresa de assistência técnica, busque a agência bancária, para que, com base em algum tipo de projeto, de demonstração de necessidade de crédito, ele consiga ter acesso e, aí sim, fazer o desenvolvimento da atividade normalmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Para ti, também, Álvaro, vem da cidade de Turuçu, no Rio Grande do Sul, da Luana Mullen Feijó. Ela pergunta se o valor do seguro contra furto e incêndio deve ser pago no ato da compra de tratores financiados pelo BNDES.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Exatamente. A exigência do agente financeiro de que seja constituída uma garantia para uma eventual perda desse bem é normal, é usual no relacionamento bancário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No ato da compra?

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Faz parte. No ato da compra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, passamos à última pergunta vinda pela Internet, para o nosso João Luiz Guadagnin, que é o Diretor do Departamento de Financiamento da Produção do MDA.

Vem da cidade de Desterro, na Paraíba, do Rildo Alves de Oliveira. Rildo, vamos à sua pergunta para o Guadagnin. Ele pergunta o seguinte: o



Pronaf melhorou muito a situação dos agricultores que possuem terra. Mas aí vem sua crítica, diz ele que os chamados meeiros, aqueles que produzem em terras de outros agricultores, pagam pelo uso da terra com parte de sua produção. Por que eles não tiveram a mesma oportunidade? Ele questiona: existe algum programa voltado para os meeiros?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Uma das condições para que o agricultor possa, por exemplo, fazer crédito de investimento é a de que ele seja proprietário da terra.

Os créditos de investimento, aqueles que estruturam a unidade familiar de produção, os que dão condições de ele fazer, por exemplo, na Paraíba – imagino – obras hídricas, irrigação, abastecimento de água, melhoria do processo produtivo utilizando, aproveitando melhor os recursos hídricos que ele possui, a água, só podem ser concedidos... O banco precisa ter garantia. O proprietário da terra é quem faz o investimento. Para que um meeiro, um posseiro possa fazer investimentos, ele precisa ter a escritura, dar a garantia de que ele vai permanecer naquela área de terra. Até porque este bem, a terra, é dada como garantia. Na eventualidade de o agricultor desistir da propriedade, vendê-la, primeiro ele precisa pagar o seu compromisso com o banco. Então, a terra é dada como garantia.

Há, assim mesmo, no Pronaf e mesmo na Paraíba, muitos meeiros, posseiros, arrendatários com financiamento. Quando eles se organizam, dialogam com a assistência técnica, dialogam com o banco e constituem outros mecanismos de garantia.

Então, buscar formas alternativas de acesso ao crédito é uma condição,

Mas sempre, infelizmente, aqui e no mundo, os proprietários levarão uma vantagem, porque têm essa condição de serem donos da terra e de poderem oferecer esse bem em garantia ao agente financeiro.

Agora, o que existe na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará? Um programa muito forte da nossa Secretaria de Reordenamento Agrário, em parceria com os governos estaduais, no sentido de titular os agricultores, de regularizar o processo de posse da terra. Há muitos agricultores que receberam áreas de terra por herança que ainda não detêm o título, não são proprietários legítimos da área, e isso dificulta o acesso ao crédito.

Um programa do Governo do Ceará, em parceria com o MDA, já levou a que mais de cem mil agricultores estejam titulados e em condições de tomar crédito de investimento. Esse programa precisa ser desenvolvido no País todo e é a meta do atual Ministro do Desenvolvimento Agrário estendê-lo e concluir esse processo de regularização da posse da terra para pelo menos 80% dos agricultores, até o final de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.



Passo agora a palavra, por um minuto, ao Sr. Álvaro Tosetto, que representa aqui o Banco do Brasil, para as suas despedidas deste Ciclo de Debates.

O SR. ÁLVARO TOSETTO – Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, eu quero agradecer, em nome do Banco do Brasil, pela oportunidade de estar aqui participando do debate. O Pronaf, sem dúvida, é importante para a gente, é importante para o Banco. Ele é feito de uma forma muito correta, muito séria e hoje, na nossa avaliação, é um programa de muito sucesso que, vamos dizer assim, permite ao produtor incrementar sua capacidade produtiva nas suas unidades Brasil afora. Ele tem uma série de mecanismos que foram implementados ao longo do tempo que fazem com que traga um benefício não só para o produtor como para toda a comunidade onde essa propriedade está inserida. Então, é importante que tenhamos oportunidade desse tipo e venhamos a debater as questões, os assuntos.

O Banco se coloca sempre à disposição para que a gente construa, junto, um crescimento não só do Pronaf, como também da agricultura brasileira de forma geral.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Álvaro, pela valiosa colaboração.

Com a palavra, para as despedidas, o Dr. João Luiz Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Primeiro, o registro da satisfação que o MDA tem sem saber que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado abre esse espaço todas as sextas-feiras. São espaços muito ricos, muito importantes. Seguramente vocês estão marcando, Senadora, um tento. Na extensão rural, a gente chama de resultados alcançados. Esse é um resultado alcançado muito importante, porque é do debate, é dessa interação, dessa troca...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como se viu agora, aqui, nesta questão muito importante.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – ...muito importante que a gente cresce e melhora as políticas públicas, as ações de governo.

Outra é a aproximação que o Senado faz do Governo, dos órgãos de governo, dos agentes financeiros, dos que operam com o crédito rural, com assistência técnica. Eu acho que este é um espaço rico e vocês estão de parabéns. Muito obrigado pelo espaço.

Quanto ao tema mesmo, o Pronaf é uma política em construção. Ele tem hoje, efetivamente, 15 anos de trabalho, está chegando ao 16º ano, é um jovem ainda com 16 anos. Nós precisamos aperfeiçoá-lo, zelar para que ele continue nesse processo de aperfeiçoamento. É uma das condições fundamentais é que os agricultores que tomaram crédito paguem seus financiamentos. Zelar pela política pública significa também estimular a adimplência. Esse é o esforço que o MDA faz, que o Governo Federal como um



todo faz e que, repito, todos os movimentos sociais conscientes e compromissados estão fazendo neste momento.

Muito obrigado pelo espaço. Obrigado ao Banco do Brasil, aos demais agentes financeiros que participam do programa – vários deles nós citamos aqui, durante esta tarde. A gente só avança porque existem pessoas comprometidas com o desenvolvimento rural, com a justiça social, com o tratamento, de forma distinta, àqueles que são distintos. É assim que o Pronaf atua.

Senadora, muito obrigado. Eu conheço sua história, seu compromisso e sei que nós temos aqui uma grande companheira, uma parceira da agricultura familiar brasileira. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada ao diretor que representou o MDA.

Eu queria, antes de encerrar este 6º Seminário Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, dizer que, ao requerer este debate, percebi muito mais agora a importância que foi abordar este tema, até pela participação e pela interatividade de vários Estados brasileiros, do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, participando ativamente dessa interatividade com questões que fazem parte do dia a dia dessas pessoas.

Essa é a obrigação e compromisso que temos nós, Parlamentares, aqui, especialmente a boa informação – eu, como jornalista – de saber que neste momento o Governo está debruçado para o exame do Plano Safra 2011/2012, com o foco especialmente na agricultura familiar, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária.

Há uma informação que eu já posso antecipar e espero que se confirme. O Guadagnin me assoprou no ouvido que, no ano de 2011, no Governo Dilma Rousseff, no dia 1º de julho, os contratos já podem ser iniciados para o plano do Pronaf e também, espero, de toda a agricultura.

O Banco do Brasil já está também preparado – sinaliza aqui o Álvaro – a partir de 1º de julho, a acesso ao crédito dos contratos da safra e do plantio da safra 2011/2012. É uma boa e alvissareira notícia para os agricultores. Tomara que, quanto a essas questões do endividamento da agricultura familiar abordadas aqui, encontrem uma fórmula criativa que não penalize esses agricultores da agricultura familiar, que é muito forte em todas as regiões do País. Em algumas, é preciso uma assistência técnica mais efetiva, como foi destacado aqui neste ciclo de debates, porque é isso que vai alavancar e tirar, digamos, do atraso a produção na Região Nordeste, no sentido da organização cooperativista, para a comercialização e para o plantio com sucesso da safra. Porque, como se viu agora, não é só o Nordeste que tem seca, o Sul do País que tem seca também. Então, precisamos adotar os critérios técnicos para uma



produção de resultados. Todos sairão ganhando, os pequenos, os médios, os grandes, especialmente sai ganhando o Brasil.

Agradeço muito a valiosa colaboração do Álvaro, do Guadagnin, do Frei Sérgio e do Airton, porque trouxeram ao debate temas da maior relevância e dados que são inquestionáveis.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a audiência da TV Senado, da nossa Rádio Senado, sobretudo, a participação dos nossos telespectadores com as perguntas, que foram respondidas, todas elas, pelos nossos expositores.

Muito obrigada a todos. E até o próximo Seminário Ciclo de Debates sobre a Agricultura.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 09 minutos.)